

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**02 a 05 de
NOVEMBRO
2018**

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Assembleia e Tribunal de Justiça estudam abono

Após o Executivo definir em R\$ 1,5 mil o valor do dinheiro extra, Poderes avaliam gasto

▲ NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

Com o anúncio do governo do Estado de que o abono natalino pago aos 90 mil servidores ativos, inativos e pensionistas será no valor de R\$ 1,5 mil, os Poderes Legislativo e Judiciário vão analisar a possibilidade de também conceder o benefício neste fim de ano, e se o valor poderá ser o mesmo.

A informação foi confir-

mada pelo presidente da Assembleia Legislativa, Erick Musso (PRB), e pela assessora do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES).

No ano passado, o governo do Estado concedeu um abono no valor de R\$ 1 mil, e logo em seguida, como um "efeito cascata", o TJES, Assembleia, Tribunal de Contas do Estado (TCES) e Ministério Público Estadual (MPES) fizeram o mesmo.

Se este ano repetirem a prática, 6.540 funcionários desses órgãos serão beneficiados. No caso da Assembleia Legislativa, só servidores serão contemplados, já

que os deputados estaduais não recebem abono.

Para liberar o abono, cada um dos Poderes precisa enviar um projeto de lei, a ser aprovado na Assembleia Legislativa.

Em 2017, o extra gerou um impacto de R\$ 91,8 milhões na folha de pessoal do Executivo. Este ano, será de cerca de R\$ 135 milhões, e trata-se do maior abono de fim de ano já pago pelo governo. O dinheiro será pago junto com o salário de dezembro.

No ano passado, o governo esclareceu também que como o abono tem natureza

salarial, deve ser incorporado à remuneração recebida pelo servidor no mês em questão e há o recolhimento do Imposto de Renda, conforme determina a legislação federal. O desconto pode variar de acordo com o montante recebido.

OUTROS

No mês passado, o Tribunal de Contas do Estado (TCES) afirmou que a Corte provavelmente deverá seguir o governo do Estado, sendo necessária análise da repercussão financeira no orçamento do Tribunal. Procurado, ontem,



Assembleia: abono seria apenas para servidores

o órgão não deu retorno, assim como o Ministério Público Estadual.

A Prefeitura de Vitória, que não concede abono desde 2007, informou que todos os estudos da evolu-

ção fiscal e financeira do exercício de 2018 ainda estão sendo consolidados para projetar, e orientar com segurança, os próximos passos de valorização salarial dos servidores.

MARCELO PREST - 15/07/2015

| GASTO PÚBLICO |

BENEFÍCIOS TURBINAM SALÁRIOS DE SERVIDORES

Legislativo e Judiciário são os que mais gastam com auxílios no ES

▲ NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

O pagamento de auxílios, gratificações, verbas por ajuda de custo, e outros benefícios a servidores públicos do Espírito Santo, chega a responder por 31,4% de tudo o que Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas e Executivo estadual gastam com pessoal. Só em setembro, os famosos penduricalhos custaram R\$ 47,7 milhões aos cofres do Estado.

Em um momento em que há a cobrança de que o poder público, em todos os níveis, corte privilégios, A GAZETA analisou os dados dos portais da transparência, para levantar quanto é gasto com esses adicionais pagos além do salário. Em muitos casos, por serem considerados indenizações, não sofrem qualquer desconto e fazem com que os contracheques somem valores acima dos R\$ 33,7 mil estabelecidos pela Constituição Federal como teto salarial do serviço público em todo país.

Os Poderes que mais gastam, proporcionalmente, com benefícios, são o Legislativo e o Judiciário. Na Assembleia Legislativa, dos R\$ 15,2 milhões gastos em setembro com a folha de pagamento, 31,4% foi só para pagar benefícios.

Ao contrário dos demais Poderes, neste cálculo da reportagem também estão contabilizados benefícios garantidos pela Constituição, como 13º salário e férias, pois a base de dados disponibilizada pela Assembleia não dispõe, de forma detalhada, quais são os pagamentos. Ela divide apenas em "salário-base" e "outras remunerações".

Já no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), dos R\$ 60,4 milhões das



Tribunal de Justiça e Palácio Anchieta, sedes do Judiciário e Executivo: gratificações nas folhas de pagamento

despesas com magistrados e servidores, R\$ 18,6 milhões (30,7%) foram despendidos com benefícios. Entram nessa conta gratificação por tempo de serviço, por assiduidade, auxílio-alimentação, auxílio-saúde, gratificações especiais por participar em comissões e o polêmico auxílio-moradia, pagamento concedido a juizes e desembargadores, de R\$ 4,3 mil por mês, mesmo para quem possui residência própria e trabalha na mesma cidade onde mora.

CARREIRAS

O Ministério Público do Espírito Santo (MPES), que tem carreiras equiparadas, também registra um índice neste patamar: 26,6%. O Tribunal de Contas do Esta-

R\$ 47,7 MILHÕES

Foi o total gasto em setembro de 2018 com benefícios aos servidores de todos os Poderes no Estado.

do (TCES), por possuir um número menor de membros, gasta 19% da folha com benefícios, enquanto o Executivo, que tem cerca de 52 mil servidores ativos, desembolsa 7,28%.

Embora a promessa de "cortar penduricalhos" e "enxugar a máquina pública" tenha estado muito presente na campanha eleitoral, o doutor em Direito e professor da UNB, Paulo



Henrique Blair, ressalta que eventuais cortes não poderiam ser determinados de forma vertical, pois cada um desses entes possui autonomia administrativa em relação aos seus servidores. "Se certos auxílios forem considerados salários, não podem ser reduzidos. Se for uma verba indenizatória, é necessário que o motivo da indenização não exista mais."

LEGALIDADE

Embora o pagamento de todos esses benefícios esteja dentro da legalidade, o jurista avalia que há uma linha tênue entre o que pode ser considerado essencial e o que é excesso, e que deve ser analisado caso a caso.

Sobre o montante de gastos com benefícios, o

R\$ 18,6 MILHÕES

É o total gasto só pelo Judiciário capixaba, em um mês, com benefícios para 3.678 ativos, entre magistrados e servidores.

governo do Estado afirmou, por nota, que desde o início desta gestão adotou medidas para conter e otimizar os gastos públicos, com a redução de servidores em cargos de provimento em comissão e em designação temporária, por exemplo. "Essas ações representaram uma economia na ordem de R\$ 1,1 bilhão em três anos de gestão, permitindo inclusive o

ANÁLISE

O QUE SÃO PRIVILÉGIOS?

▲ Quando se fala em combater privilégios, o primeiro passo é mapear e definir quais são esses privilégios. Em muitos casos, para se ganhar a opinião pública, quase tudo é taxado assim. A segunda parte do desafio é político, para conseguir apoio para implementar reformas que tirem alguns desses benefícios, o que teria que ser acordado com os outros poderes, não pode ser feito na "canetada". Mas é urgente repensar a estrutura administrativa do país e corrigir distorções.

— CELSO BISSOLI
ECONOMISTA E PROFESSOR DA UFES

alcance do equilíbrio fiscal. Isso sem comprometer os serviços prestados aos cidadãos e garantindo o pagamento em dia dos salários dos servidores e de seus direitos, como promoção e progressão na carreira", disse.

O TJES afirmou que os pagamentos são efetuados por força da legislação e de direitos adquiridos, e que qualquer corte nesse sentido precede de alteração na lei. O TCES também frisou que todos os pagamentos são baseados no Estatuto dos Servidores Públicos, na Lei Orgânica da Magistratura Nacional e em regulamentos próprios.

O MPES e a Assembleia Legislativa não se posicionaram sobre o assunto.

Dez anos depois de acidente, Dondoni vai a julgamento

Acusado de matar três pessoas da mesma família em Viana, o comerciante, que responde em liberdade, vai a júri popular

Tais de Hollanda

O júri popular do comerciante Wagner José Dondoni de Oliveira, acusado de matar três pessoas da mesma família, vai acontecer amanhã, às 9 horas, na 1ª Vara Criminal de Viana. O julgamento acontece 10 anos após o acidente, depois que o último recurso apresentado pela defesa do acusado não ter sido acatado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A defesa de Dondoni, o advogado Rogério Pires Thomaz, considera que não há provas de que ele tenha agido com a intenção de matar (crime doloso) no acidente ocorrido na BR-101 em Viana, em abril de 2008.

“Não houve dolo, não houve intenção ou indiferença em relação à vida alheia. Esses atributos de conduta homicida não correspondem à pessoa do senhor Dondoni.



MARCELO ANDRADE - 25/04/2008



DONDONI (destaque) conduzia caminhonete que atingiu Uno em que estava família. Mãe e os dois filhos morreram

Assim esperamos conseguir provar, de forma convincente, para que o Conselho de Sentença possa fazer Justiça”, disse o advogado.

Por decisão do magistrado Romilton Alves Vieira Júnior, o cartório vai separar 15 cadeiras para familiares do cabeleireiro Ronaldo Andrade, que perdeu a mulher e os dois filhos no acidente, e outras 15 para a família do réu, junto ao plenário.

Outras condições impostas pelo juiz foi de que a audiência seja fechada, proibindo registros como filmagem, gravação e uso de celular, até mesmo pela imprensa. Também terá reforço policial.

O comerciante chegou a ser preso após o acidente e foi solto depois do pagamento de R\$ 2.100 de fiança e vem respondendo ao processo em liberdade.

“A ansiedade está a mil. Eu revivo o acidente a todo momento. Espero a maior condenação. Se tivesse perpétua, eu queria”, disse o cabeleireiro Ronaldo Andrade.

Sua mulher, Maria Sueli Costa Miranda, 29 anos, e os filhos Rafael Scalfone Andrade, 13, e Ronald, 3, morreram após Dondoni colidir contra seu carro. Foi constatada embriaguez.

ENTENDA O CASO

Acidente

> A CAMINHONETE S10 guiada por Wagner Dondoni e o Fiat Uno dirigido por Ronaldo Andrade colidiram por volta das 7 horas de 20 de abril de 2008, no km 304 da BR-101, próximo ao posto Flecha, em Viana.

> RONALDO perdeu a mulher, Maria Sueli Costa Miranda, 29, e os filhos Rafael, 13, e Ronald, 3. Dondoni fugiu sem prestar socorro.

> A EMBRIAGUEZ DE DONDONI foi comprovada por meio de um exame feito com a coleta de sangue, cujo resultado foi 6,7 decigramas de álcool por litro de sangue. O teste foi realizado 10 horas após a colisão.

> O COMERCIANTE chegou a ser preso após o acidente e foi solto ao pagar R\$ 2.100 de fiança e vem respondendo ao processo em liberdade.

Julgamento

> A PRONÚNCIA do comerciante (decisão judicial que o levou a júri popular) aconteceu um ano depois do acidente. Mas ele tentou todos os recursos. Todos os juizes de Viana se deram por impedidos ou suspeitos, até que o Tribunal de Justiça designou o juiz Romilton Alves Vieira Júnior, de Itampemirim, Sul do Estado.

> EM AGOSTO deste ano, o Superior Tribunal de Justiça informou que os recursos do réu não foram aceitos e o processo foi retomado.

> O JÚRI popular do caso será amanhã, às 9 horas, no Fórum de Viana.

> ELE É ACUSADO três vezes por homicídio doloso, quando há intenção de matar, e tentativa de homicídio.

GIRO RÁPIDO**Julgamento de Dondoni
acontece hoje às 9 horas**

O júri popular do comerciante Wagner José Dondoni de Oliveira, acusado de matar três pessoas da mesma família em um acidente acontece hoje às 9 horas, na 1ª Vara Criminal de Viana.

O julgamento acontece 10 anos após o acidente que ocorreu na BR-101 em Viana, em abril de 2008. Morreram na tragédia Maria Sueli Costa Miranda, 29, Rafael Scalfone Andrade, 13, e Ronald, 3.

CASO DONDONI

“Faltam provas”, afirma defesa

Advogado alega que comerciante não agiu com intenção de matar família em acidente

✎ **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

Para a defesa do comerciante Wagner José Dondoni, não há provas de que ele tenha agido com a intenção de matar na tragédia ocorrida há dez anos. Ele será julgado na próxima segunda-feira, no Fórum de Viana, pelo homicídio de três pessoas de uma família e pela tentativa de homicídio do único sobrevivente em um acidente de trânsito.

O comerciante chegou a ser preso na época e exames realizados dez horas após a tragédia constataram que ele estava embriagado.

Segundo o advogado Rogério Pires Thomaz, não existem elementos no processo que possam levar ao entendimento defendido em denúncia pelo Ministério Público Estadual (MPE) de que Dondoni tenha agido com dolo - com intenção de matar - no acidente que matou a família. “Não houve intenção ou indiferença em relação à vida alheia. Estes atributos de conduta homicida não se coadunam com a pessoa de Dondoni. Assim esperamos conseguir provar, de forma convincente, para que o Conselho de Sentença (jurados) possa fazer Justiça”, assinalou.


Thomaz disse ainda que vai se empenhar para demonstrar que não foi o que ocorreu no dia da tragédia.



Dez anos depois, empresário de Viana será julgado pela morte de três em acidente

Capa (<http://eshoje.com.br>) / Dez anos depois, empresário de Viana será julgado pela morte de três em acidente

5 de novembro de 2018 - por Redação Multimídia ESHOJE

 Compartilhar 2 pessoas curtiram isso. Cadastre-se para ver do que seus amigos gostam.



Depois de dez anos, diversos recursos e impedimentos, foi marcado para a manhã desta segunda-feira (5) o julgamento de Wagner José Dondoni de Oliveira. O empresário é acusado de provocar um acidente no qual morreram Rafael Scalfone Andrade, de 13 anos, Ronald, de três anos e Maria Sueli Costa Miranda, 29 anos, que ficou internada três dias mas não resistiu.

O julgamento será realizado a partir das 9 horas no Fórum Juiz Olival Pimentel, em Viana.

O juiz determinou que fossem separadas 15 cadeiras para familiares da vítima e 15 cadeiras para familiares do réu. Todos os assentos serão identificados previamente. O magistrado proibiu filmagem, fotografia, gravação e uso de telefone celular ou similares no Plenário.

Impasses

O acidente aconteceu em abril de 2008. Na ocasião, foram realizados exames que constataram presença de álcool no sangue de Wagner Dondoni. Por isso, o empresário foi detido e encaminhado ao DPJ de Cariacica, mas foi liberado após pagar fiança em pouco mais de R\$ 2 mil.

Um ano depois, o juiz responsável pelo caso decidiu pronunciar o acusado e levá-lo a júri popular. Em janeiro de 2010, os desembargadores do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) mantiveram a decisão, mas um recurso foi impetrado pela defesa do réu contra o júri popular. O processo foi encaminhado para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília.

A partir daí, vários recursos foram impetrados na esfera estadual e nacional até junho deste ano, quando o último recurso apresentado pela defesa não foi aceito no STJ, sem mais possibilidade de recursos.

Desde então, o processo está concluído, aguardando as próximas etapas até o julgamento, mas o andamento foi interrompido pela suspeição indicadas por sete juízes de Viana.

VAMOS CONTORNAR SANÇÕES DOS EUA CONTRA PETRÓLEO E BANCOS, DIZ IRÃ ([HTTP://ESHOJE.COM.BR/VAMOS-CONTORNAR-SANCOES-DOS-EUA-CONTRA-PETROLEO-E-BANCOS-DIZ-IRA/](http://eshoje.com.br/vamos-contornar-sancoes-dos-eua-contra-petroleo-e-bancos-diz-ira/))

IBCA PARA 2018 PASSA DE 4,42% PARA 4,40% PREVE ECUCIS ([HTTP://ESHOJE.COM.BR/IBCA-PARA-2018-PASSA-DE-442-PARA-440-PREVE-ECUCIS/](http://eshoje.com.br/ibca-para-2018-passa-de-442-para-440-preve-ecucis/))

Nº Caso Dondoni: empresário acusado de provocar a morte de 3 pessoas não comparece a julgamento

5 de novembro de 2018



Foto: Reprodução / Google Maps

O Júri do empresário Wágner José Dondoni de Oliveira, acusado de provocar, em abril de 2008, a morte de três pessoas da mesma família, em um acidente na BR 101, em Guarapari, está sendo realizado nesta segunda-feira (5) no Fórum de Viana.

Porém, Dondoni não compareceu ao julgamento. Segundo a defesa do empresário, ele se sentiu ameaçado e abalado, devido a grande repercussão do caso. Apesar da ausência, o júri terá prosseguimento.

A data do julgamento foi designada pelo Juiz Romilton Alves Vieira Junior, no dia 03 de outubro. O magistrado presidirá a sessão do júri, que será realizada pela 1ª Vara Criminal de Viana.

O juiz determinou ainda, no mesmo despacho, que o cartório separe 15 cadeiras para familiares da vítima e 15 cadeiras para familiares do réu, junto ao Plenário, com identificação. Demais assentos estarão disponíveis por ordem de chegada.

Denúncia

Segundo a denúncia do Ministério Público Estadual, no dia 20 de abril de 2008, o réu conduzia uma caminhonete no sentido Guarapari/Vitória, quando, no KM 304 da BR 101, próximo ao posto Flecha, em Viana, colidiu na contramão de direção com outro veículo, causando lesões corporais no motorista e provocando ferimentos que levaram três pessoas à morte, sendo todas as quatro vítimas integrantes da mesma família.

Ainda segundo o MPES, o réu teria passado a noite em boates do Município de Guarapari, onde teria ingerido bebidas alcoólicas, dirigindo em alta velocidade e em zigue-zague na pista. Antes do acidente que resultou nas mortes de três pessoas, ele teria ainda provocado o capotamento de outro veículo, que efetuou manobra brusca para não se chocar com a caminhonete do acusado.

Após o teste de bafômetro, que acusou a ingestão de álcool, Dondoni foi detido, mas pagou uma fiança em torno de R\$ 2 mil e foi liberado. O empresário chegou a ser preso outras duas vezes:

Em 2008, após depoimento sobre o caso foi detido, mas conseguiu liberdade em setembro do mesmo ano.

E em 2009, quando o empresário foi flagrado, no estado de Minas Gerais, por uso de documentos falsos, porém foi liberado pela justiça novamente.

Saiba mais:

Com informações do TJES

Julgamento de empresário acusado de provocar a morte de 3 pessoas da mesma família no ES acontece nesta segunda (05)

Por **SaoMateusNews** - 4 de novembro de 2018



18:14 h

Julgamento foi designado pelo Juiz Romilton Alves Vieira Junior, que pediu reforço policial e proibiu filmagens, fotografias e uso do celular no plenário.

O Júri do empresário W.J.D.O., acusado de provocar, em abril de 2008, a morte de três pessoas da mesma família, em um acidente na BR 101, em Guarapari, será realizado na próxima segunda-feira, 05 de novembro, no Fórum de Viana.

A data do julgamento foi designada pelo Juiz Romilton Alves Vieira Junior, no dia 03 de outubro. O magistrado presidirá a sessão do júri, que será realizada pela 1ª Vara Criminal de Viana, e tem início previsto para as 9h.

O juiz determinou ainda, no mesmo despacho, que o cartório separe 15 cadeiras para familiares da vítima e 15 cadeiras para familiares do réu, junto ao Plenário, com identificação. Demais assentos estarão disponíveis por ordem de chegada.

Segundo informações do andamento processual, durante o julgamento não será permitida a filmagem, fotografia, gravação e uso de telefone celular ou similares, nem mesmo pela imprensa. Um aviso nesse sentido será afixado na porta do Plenário. Além disso, não será permitida a entrada de pessoas com camisas ou outros materiais com manifestações ou imagens sobre fatos contidos nos autos. Um reforço policial foi solicitado para o dia do julgamento.

O Fórum Desembargador Olival Pimentel está situado na Rua Major Domingos Vicente, nº 70, no Centro de Viana.

Denúncia

Segundo a denúncia do Ministério Público Estadual, no dia 20 de abril de 2008, o réu conduzia uma caminhonete no sentido Guarapari/Vitória, quando, no KM 304 da BR 101, próximo ao posto Flecha, em Viana, colidiu na contramão de direção com outro veículo, causando lesões corporais no motorista e provocando ferimentos que levaram três pessoas à morte, sendo todas as quatro vítimas integrantes da mesma família.

Ainda segundo o MPES, o réu teria passado a noite em boates do Município de Guarapari, onde teria ingerido bebidas alcoólicas, dirigindo em alta velocidade e em zigue-zague na pista. Antes do acidente que resultou nas mortes de três pessoas, ele teria ainda provocado o capotamento de outro veículo, que efetuou manobra brusca para não se chocar com a caminhonete do acusado.

COMBATE À INADIMPLÊNCIA

Bancos contratam empresas para cobrar 150 mil pessoas

Esse é o número de clientes que têm dívidas no Estado com as instituições bancárias, que podem terceirizar a cobrança

Verônica Aguiar

Para não ficar no prejuízo com consumidores inadimplentes, bancos vendem dívidas ou contratam empresas especializadas em cobrança. E a cobrança é motivo de polêmica entre os profissionais da área.

No Estado, segundo os dados mais recentes da Câmara de Dirigentes Lojistas de Vitória (CDL), até agosto havia 682.882 inadimplentes.

Entre eles, cerca de 150 mil têm dívidas com Bancos, segundo estimativa do Diretor de Economia da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Afenac), Roberto Vertamatti.

Ele explicou que no caso da venda de dívida, o banco cede os créditos para uma empresa, por determinado valor, passando toda a responsabilidade para ela.

Em relação à autorização para a venda, há diferentes entendimentos. Para o advogado do consumidor, Aloir Zamprogno, se no contrato entre o banco e o cliente não proibir a cessão de créditos, ela pode ser feita.

Já para a diretora presidente do Procon Estadual, Denize Izaita, ela só pode ser feita se no contrato tiver uma cláusula expressa autorizando a cessão de créditos.

Com base no artigo 47 do Código de Defesa do Consumidor, ela defende: "As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor".

Em caso de renegociação de dívidas, também é preciso ficar atento. "No novo contrato, além do prazo para prescrição da dívida recomençar, pode haver a cláusula que permite a venda da dívida".

Já em relação à terceirização da cobrança, os especialistas explicam que não é necessário notificar o consumidor de que ele será cobrado por uma empresa contratada pelo banco.

Contudo, defendem que o consumidor deveria ser informado, já que a maioria das empresas é remunerada de acordo com as dívidas que conseguem receber e acabam sendo insistentes. A reportagem entrou em contato com algumas delas para conversar sobre o tema, mas não obteve retorno.

Para a diretora presidente da Associação de Defesa do Consumidor, Karla Cecília Pinto, o ideal é que as pessoas tenham educação financeira, para não se tornarem reféns desse tipo de situação.



LIGAÇÕES

Cobrança constante

Uma auxiliar de clínica médica, de 34 anos, que não quis se identificar, contou que está devendo a dois bancos. Ela entrou no cheque especial, por uma questão de saúde na família, e a partir daí suas dívidas foram se acumulando.

"Devo ao todo R\$1 mil. Recebo muitas ligações de cobrança de uma empresa, cada hora de um DDD diferente. No começo eu achei muito estranho porque não tinha conhecimento sobre os bancos poderem vender ou contratar uma empresa para cobrar a dívida".

SAIBA MAIS

Venda de dívida

O que é

- > A CESSÃO DE CRÉDITO se configura quando um banco cede a dívida que tem a receber com um consumidor para outra empresa.
- > O PROCEDIMENTO É LEGAL e é praticado, principalmente, por bancos pequenos para recuperar caixa.

Autorização

- > PARA QUÊ A CESSÃO DE CRÉDITOS aconteça, há o entendimento de que é necessário ter, no contrato entre a instituição financeira e o consumidor, cláusula expressa que autoriza a cessão.
- > MAS, também há quem defenda que se o contrato não proibir a cessão de crédito, ela é autorizada.

Remuneração

- > A EMPRESA que comprou a dívida paga por ela um valor que, em média, corresponde de 50 a 70% do valor total a receber.

Negativação

- > PARA ALGUNS especialistas, como a dívida não é mais com o banco, ele deve tirar o nome do consumidor do SPC ou Serasa. E, quem pode inseri-lo é a empresa que comprou os créditos.
- > CONTUDO, há também o entendimento de que o que foi cedido foi o direito ao crédito e que a negativação deve ser feita de acordo com o que foi estabelecido no contrato entre as duas empresas.
- > NORMALMENTE a negativação é feita pelo banco, que pode dar uma procuração para a empresa que comprou a dívida, para que ela possa limpar o nome do consumidor, caso ele pague o que deve.
- > O IDEAL é que em até 48 horas após pagamento o nome da pessoa esteja limpo.



SPC: negativação feita pelo banco

devedores da instituição financeira. > A PRÁTICA é mais utilizada por bancos maiores, que buscam uma empresa especializada em cobrança.

Autorização

- > PARA QUÊ o banco terceirize a cobrança da dívida, não precisa de autorização do consumidor.

Remuneração

- > GERALMENTE a empresa é remunerada de acordo com o sucesso que alcança nas cobranças.
- > AS DÍVIDAS que ela cobra e não consegue receber geralmente são devolvidas para o banco.

Negativação

- > É FEITA pelo banco.

Cobrança

- > DEVE SER feita respeitando o código de defesa do consumidor.
- > CONTUDO, é comum ouvir de inadimplentes a reclamação em relação a cobranças excessivas, com ligações constantes em horários que não são permitidos pela legislação.
- > NESSES CASOS, os consumidores devem reunir provas do fato, como os registros de chamadas, para que posteriormente possam reclamar seus direitos.

Fonte: Procon Estadual e especialistas consultados.

ASSINATURA DO CONTRATO: cliente tem que ficar atento às cláusulas que autorizem a cessão de créditos



Cobrança

- > SE NO CONTRATO entre banco e consumidor houver uma cláusula que autorize a cessão de créditos, o consumidor pode passar a receber ligações de cobrança, mesmo sem ser notificado, sobre a venda da dívida.

Cobrança terceirizada

O que é

- > ACONTECE quando um banco contrata uma empresa para cobrar os



O JUIZ Marcelo Pimentel disse que às vezes a cobrança é feita sobre dívidas que já foram pagas pelo consumidor

COMBATE À INADIMPLÊNCIA

“Vendem dívidas que não existem mais”, afirma juiz

Entre as condenações de bancos por cobranças indevidas, chamam a atenção os casos em que as pessoas cobradas não devem à instituição financeira. “São casos de operações financeiras que o consumidor já pagou, mas o banco não deu baixa e passou a cobrar aquilo de novo”, explicou o juiz da 10ª Vara Cível de Vitória, Marcelo Pimentel.

Há casos tanto de empresas contratadas por bancos, quanto daquelas que adquiriram as dívidas, fazendo cobranças indevidas. Nessas situações, o consumidor cobrado pode entrar com ação por danos morais, cujo valor da indenização é arbitrado pelo juiz.

Pimentel explicou que em uma situação em que a empresa compra uma dívida que não existe e é processada pelo consumidor, pela cobrança indevida, ela pode entrar com uma ação de regresso contra

o banco.

“Esse tipo de ação permite a empresa cobrar do banco aquilo que ela teve que pagar a alguém por um crédito que recebeu e que não existia”, explicou.

Se a cobrança indevida partir de uma empresa contratada, ela não precisa entrar com uma ação contra o banco, já que é ele quem vai pagar a indenização, pois foi ele que passou a informação errada para a empresa.

Questionado sobre o número de cobranças indevidas feitas por bancos no Estado, o Tribunal de Justiça (TJ-ES) informou que o sistema não permite uma busca tão específica.

COBRANÇA EXCESSIVA

No Procon Estadual as reclamações sobre cobrança excessiva são constantes. A diretora presidente do órgão, Denize Izaita Pinto, ex-

plicou que ligações de cobrança no Estado só podem ser feitas de segunda a sexta, das 8h às 19h.

“As empresas, tanto daqui quanto de fora, têm que conhecer a legislação do Estado e respeitá-la”, destacou.



IZAITA: Procon atende reclamações

FIQUE POR DENTRO

Cobrança no horário das 8 às 19 horas

Dívidas que não existem

- > HÁ CASOS em que bancos ou empresas fazem cobrança de uma dívida que já foi paga.
- > ESSES CASOS mostram falta de organização ou lentidão nos processos para dar baixa nas dívidas pagas e pode significar até mesmo má-fé.
- > QUEM se sentir lesado em uma situação como essa, pode entrar na Justiça pedindo uma indenização por dano moral, que vai ser arbitrada pelo juiz, avaliando caso a caso.

Indenização

> CASO uma empresa terceirizada seja processada por cobrar uma dívida que não existe, quem paga a indenização ao consumidor é o banco, que forneceu uma informação errada pa-



LIGAÇÕES só de segunda a sexta

ra a empresa.

> SE, NO CASO, a empresa que fez a cobrança indevida tenha comprado a dívida, que não existe, de um banco, ela pode entrar com uma indenização de regresso contra o banco, para receber o que teve que pagar a outros por causa do erro que ele cometeu.

Horário de cobrança

- > NO ESPÍRITO SANTO, a lei estadual 10.626/2017 restringe o horário de cobrança de débito. Ela estabelece que as ligações de cobrança aos consumidores só podem acontecer de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h.
- > A COBRANÇA NÃO pode acontecer nos feriados, sábados e domingo.

Fonte: Especialistas consultados.

Gestão de débitos varia de acordo com as instituições

A gestão das dívidas varia de um banco para o outro com base na estratégia comercial de cada um deles, de acordo com a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban).

Por isso, a entidade preferiu não se manifestar quanto a casos de venda de dívida e contratação de empresa de cobrança terceirizada pelas instituições bancárias.

Sobre a autorregulação para negociações de dívida, o diretor de autorregulação da federação, Amaury Oliva, afirmou que atualmente o consumidor conta com a plataforma www.consumidor.gov.br.

Por meio dela, os consumidores podem até fazer as negociações com bancos, sem precisar se des-

locar até a instituição financeira. “A resolutividade é de 80% dos casos”, destacou ele.

Contudo, especialistas fazem uma alerta para que o consumidor fique muito atento às cláusulas dos contratos de negociação, para evitar problemas futuros.

Além disso, ele destacou que os bancos têm opções de créditos com juros menores para quem está no cheque especial durante um período excessivo.

E, acrescentou ainda que há um olhar especial para quem está em uma situação delicada, como casos de separação e morte. “Há opções como diluir a dívida a longo do tempo ou trocá-la por uma mais barata”, explicou.



CLIENTE no caixa: bancos podem ter opções de créditos com juros menores

ANÁLISES

“Maioria dos consumidores é despreparada”

Paulo Cezar Silva, economista e coordenador de extensão da Rede Doctum



O que observamos é que a maioria dos consumidores é despreparada. Muitos deles, por diferentes motivos, entram no cheque especial, cujos juros são muito altos.

Os bancos também fazem vista grossa, incluindo o valor do cheque especial no saldo do cliente. Com isso, o consumidor acha que aquele é seu saldo final, superestimando sua capacidade de consumo.

Para quem está nessa situação há possibilidades como fazer um empréstimo consignado para pagar essa dívida, porque no consignado

os juros são menores ou aguardar os mutirões de negociação. Em novembro geralmente tem esses mutirões e as pessoas podem aproveitar que receberam o décimo terceiro para pagar dívidas antigas.

Já pensando a longo prazo, em todas as escolas deveria haver o ensino sobre educação financeira, como acontece em algumas instituições de ensino do Sul do País. Depois de adulto, é muito difícil você desenvolver isso. O ideal seria já começar aprendendo no ensino fundamental.

“Empresa vai ficar incomodando o cliente”

Renato Ferron, especialista em direito do consumidor



Os bancos não têm uma área especializada em cobrança, com estrutura e recursos humanos para realizar este serviço.

Por isso ele terceiriza. Mas o banco não é obrigado a informar o consumidor de que ele será cobrado por uma empresa contratada para isso.

Essa empresa vai ficar incomodando o consumidor, até que, teoricamente ele possa pagar. Esse é um ponto que precisa mudar no Código de Defesa do Consumidor. Ele deveria ser avisado de que, a

partir de determinada data, a empresa contratada vai começar a fazer a cobrança. Para o consumidor isso significa que, a partir daquela data, ele vai começar a receber cobranças de forma mais incisiva.

O consumidor tem uma relação com o banco, ele não tem relação com a terceirizada. Imagina como ele se sente quando deve um banco e recebe uma ligação de uma empresa, com um DDD de outro estado, por exemplo, cobrando aquela dívida com a instituição financeira. Isso precisa mudar.



TRÊS CHAPAS SE INSCREVERAM PARA CONCORRER à presidência da OAB-ES: a Inova e Avança, que é apoiada pelo atual presidente, a Renova OAB e a Ordem Democrática

ELEIÇÃO NA OAB

Combate à corrupção é prioridade

As três chapas que concorrem à presidência acreditam que a Ordem tem papel fundamental de fiscalizar os poderes

Kleber Amorim

Assim como em 2015, na última eleição da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), três chapas também disputarão o voto de cerca de 17 mil advogados no próximo dia 28. Uma delas de situação, a "Inova e Avança", e duas

de oposição, a "Renova OAB" e a "Ordem Democrática".

Com bandeiras e planos diferentes para os próximos três anos (2019 a 2021) os grupos, porém, têm ideias semelhantes sobre a busca de direitos da categoria, as chamadas prerrogativas. Ideias semelhantes também em relação à corrupção, seja dentro da Ordem ou na sociedade.

"A OAB tem um papel fundamental na fiscalização dos poderes constituídos. Assim, não toleraremos desmandos de qualquer natureza. Pretendemos, por meio das nossas comissões e também em parceria com outras instituições e comitês, criar mecanismos que possam ajudar a advocacia e a

sociedade como um todo nesse combate", disse Ricardo Barros Brum, da chapa "Inova e avança". Ela conta com apoio do atual presidente, Homero Mafra.

José Carlos Rizk Filho, que lidera a chapa "Renova OAB", promete criar um portal da transparência na Ordem como os que já existem nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

"Nossa ideia quanto a este tema (corrupção) é questão de transparência, seja na OAB, seja na Caixa (de Assistência dos Advogados do Espírito Santo). Com o portal da OAB, teremos acesso a custos e aos gastos. Hoje a Ordem possui uma falsa transparência", aponta.

Já Elisângela Leite Melo, da chapa "Ordem Democrática" diz que seu grupo possui integrantes que participaram da luta contra o crime organizado no Estado.

"Parte dos integrantes da nossa chapa fez parte de gestões da OAB-ES que combateram o cri-

me organizado e a corrupção que está a ele associada, reunindo a sociedade civil como sede do movimento Reage Espírito Santo, em 1999 e 2000", contou.

Faltando menos de um mês para a eleição, os líderes de cada chapa tem aumentado o ritmo de suas ações. Brum disse rodar todo o Estado "para que a advocacia conheça nossas propostas, ideias e perspectivas".

Rizk disse que está visitando advogados em "fóruns, escritórios de advocacia e órgãos públicos, em Vitória e interior". E Elisângela diz que sua campanha tem sido simples, "sem sucumbir ao poder de grandes escritórios". A votação será em Vitória e em 17 subseções.

OS NÚMEROS

17 mil
advogados deverão votar

18 locais
de votação serão usados

OS MEMBROS E AS PROPOSTAS

Ações na área de direitos humanos

Chapa 1 - Inova e Avança

> DIRETORIA: Ricardo Brum (presidente); Robson Louzada (vice); Érica Neves (secretária-geral); Natália Assunção (secretária adjunta); Ricardo Carneiro (tesoureiro).

> PROPOSTAS: são pautadas nos eixos dos direitos humanos, prerrogativas, apoio à jovem advocacia, capacitação profissional, gestão responsável e eficiente, benefícios, serviços e convênios, valorização da advocacia; criação de setor de inteligência com objetivo de estudar o funcionamento do Judiciário para a Ordem contribuir apontando vícios e erros, além de apresentar sugestões para melhoria nos serviços.



SUBSEÇÃO da OAB no Estado

Chapa 2 - Renova OAB

> DIRETORIA: José Carlos Rizk Filho (presidente); Anabela Galvão (vice); Marcus Felipe Botelho (secretário-geral); Rodrigo Carlos de Souza (se-

cretário adjunto); Ricardo Holzmeiser (tesoureiro).

> PROPOSTAS: fazer com que a Ordem volte a ser protagonista do processo democrático; defender as prer-

rogativas da profissão, como o direito de acesso aos autos, acesso ao preso em qualquer horário, acesso aos juizes e desembargadores; auxiliar e criar mecanismos para inserção no mercado de trabalho; resgatar o diálogo com o Judiciário; criar um portal de transparência na OAB-ES.

Chapa 3 - Ordem Democrática

> DIRETORIA: Elisângela Leite Melo (presidente); Thiago Fabres (vice); Eva Pires Dutra (secretária-geral); Jamilly Bonatto (secretária adjunta); Luciano Chagas (tesoureiro).

> PROPOSTAS: defender as prerrogativas da advocacia; olhar para os advogados em início de carreira; ações concretas em benefício das mulheres advogadas que possuem necessidade real de ter licença pós-parto; olhar para as demandas dos advogados com mais de 65 anos e dos que necessitem de atenção especial.

FIQUE LIGADO

Votação no próximo dia 28

Eleição OAB-ES

- > QUANDO: 28 de novembro.
- > HORÁRIO: de 9 até 17 horas.
- > QUEM PODE VOTAR: advogados em dia com a anuidade da Ordem.
- > O QUE LEVAR: cartão ou carteira de identificação profissional. É possível votar ainda com o registro geral de identidade, carteira de habilitação, carteira de trabalho ou passaporte.
- > FORMATO: a votação será feita por meio de urnas eletrônicas do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES).

- > LOCAIS DE VOTAÇÃO: em Vitória, nos salões anexos do Alice Vitória Hotel, Centro; 1ª subseção (Colatina); 2ª subseção (Cachoeiro); 3ª subseção (Linhares); 4ª subseção (Guarapari); 5ª subseção (Barra de São Francisco); 6ª subseção (Guaçuí); 7ª subseção (Alegre); 8ª subseção (Vila Velha); 9ª subseção (Castelo); 10ª subseção (Itapemirim); 11ª subseção (Cariacica); 12ª (São Mateus); 13ª (Aracruz); 14ª (Ibiraçu); 15ª (Nova Venécia); 16ª (Iúna); 17ª (Serra).



URNA ELETRÔNICA do TRE será usada na votação

ÁLVARO DUBOC FUTURO SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

Planejamento vai virar supersecretaria no Estado

A área vai cuidar de temas estratégicos do futuro governo do Estado, como o programa "Estado Presente" e concursos

Caio Miranda

Supersecretário", braço direito de Renato Casagrande (PSB) no próximo governo estadual. Essa será a missão de Alvaro Duboc, anunciada na última quarta-feira como futuro secretário de Planejamento, a partir de janeiro do ano que vem.

Em entrevista à reportagem de **A Tribuna**, Duboc falou sobre diversos temas da agenda estratégica do próximo governo do Estado e prometeu, entre outros pontos, que haverá bastante diálogo com o funcionalismo público.

A TRIBUNA - O nome da Secretaria vai mudar, de Economia e Planejamento para apenas Planejamento?

ÁLVARO DUBOC - Provavelmente, porque vai sofrer uma alteração na estrutura atual. Hoje, ela também cuida da elaboração do Orçamento, e essa atividade retornará para a Secretaria da Fazenda.

> E do que ela vai cuidar?

Será ampliada e passa a atuar transversalmente dentro do governo, cuidando da gestão estratégica dos principais programas e projetos. Será uma proposta de governança de toda a agenda estratégica.

Voltaremos com o programa "Estado Presente", que já tinha uma coordenação transversal.

> Um grande problema hoje é o crescimento do déficit previdenciário. Como mitigar isso?

Temos o fundo previdenciário, dos servidores que ingressaram a partir de 2004, que é superavitário. E há o fundo financeiro, dos servidores que ingressaram antes de 2004. Esse sim é deficitário.

Vamos discutir isso com servidores e sociedade, para que possamos verificar todas as possibilidades de redução desse déficit.

> O governo conseguirá man-

ÁLVARO DUBOC foi apresentado como o futuro secretário de Planejamento pelo governador eleito Renato Casagrande



ter uma política de reajuste salarial para o servidor?

Precisamos entender ainda como vamos encontrar o caixa do governo do Estado, e entender também de que forma o novo governo federal vai conduzir as gestões econômica e política.

A prioridade é manter um ajuste fiscal para conseguir arcar com os compromissos de investimentos e com o funcionalismo público. Não há, ainda, perspectiva de reajuste. Mas, temos que conversar de forma muito transparente e aberta com a sociedade e com os servidores.

> Como valorizar o bom servidor, além da remuneração?

É importante que tenhamos um programa de qualificação dos servidores. Por exemplo, aos profissio-

“A prioridade é manter um ajuste fiscal para conseguir arcar com os compromissos de investimentos e com o funcionalismo público”

nais da Educação, oportunizar cursos de especialização, mestrado e até doutorado, em parceria com as instituições de ensino, para capacitar cada vez mais esses profissionais no exercício de suas funções.

> Haverá concursos para a pasta de Segurança Pública?

Tem concursos da Polícia Militar (PM-ES) e da Polícia Civil (PC-ES) que estão abertos e, provavelmente, serão mantidos. O governo Casagrande, em 2014, fez esse trabalho de recomposição da capacidade de resposta das polícias. Entregou a PM-ES com 10 mil homens e a PC-ES, com 3.600.

Na gestão atual, não houve essa preocupação. Tivemos algumas perdas e os efetivos foram reduzidos. Os concursos em andamento não são muito grandes e não vão conseguir recompor toda essa perda.

De acordo com a capacidade de investimento, a gente vai, na medida do possível, recompor. Mas

também podemos adotar outras metodologias de trabalho, com uso de tecnologia. O importante é manter a capacidade de tempo de resposta, sem obrigatoriamente ter de aumentar o efetivo.

> E para as outras áreas?

Tem um concurso aberto para substituição dos professores que estão em designação temporária. Isso não representa um aumento de despesa do governo, porque vai substituir contratados temporariamente por servidores efetivos.

Outros concursos sim, teremos que analisar como vamos encontrar cada uma das pastas. Poderemos sim fazer outros.

> Um grande gargalo do Estado é a falta de um porto de águas profundas. Como tratar isso?

Importante acompanhar e apoiar naquilo que for de responsabilidade do governo do Estado, porque temos uma vocação muito forte de mercado exterior.

“Não podemos priorizar municípios litorâneos e esquecer os mais interiorizados. É preciso pensar o Estado como um todo”

PERFIL

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

- > IDADE: 54 anos.
- > CIDADE: Juiz de Fora (MG).
- > FORMAÇÃO: graduado em Direito, com especialização em Direito Público e MBA em Gestão Empresarial.
- > CARGOS: coordenador-geral de Operações da Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos, do Ministério da Justiça (2011); coordenador do Programa "Estado Presente" (2012-2014); e corregedor da Polícia Federal no Estado (2015-2017).
- > FOI COORDENADOR do programa de governo e é coordenador da equipe de transição de Renato Casagrande.



POLICIAIS MILITARES: "Tem concursos da Polícia Militar e da Polícia Civil que estão abertos e, provavelmente, serão mantidos"

Estado estuda pagar este mês 1ª parcela de abono

Pagamento para os 90 mil servidores será em duas parcelas, num total de R\$ 1.500, maior benefício de fim de ano já pago pelo governo

Caio Miranda
Luiz Brumana

O servidor público estadual pode ter um dinheiro extra no bolso ainda este mês. Isso porque o abono salarial que o governo do Estado vai conceder este ano, de R\$ 1.500 a cada um dos 90.873 servidores – 52.241 ativos e 38.632 inativos –, pode ser dividido em duas parcelas, com a primeira sendo paga em novembro.

A medida ainda está em estudo pela equipe econômica do governo e não há confirmação se as duas parcelas seriam de valores iguais – ou seja, R\$ 750 cada.

O pagamento do abono em duas partes responderia a um pedido dos próprios servidores públicos. Alguns deles abordaram o governador Paulo Hartung sobre essa possibilidade, durante agendas em que o chefe do Executivo participou ontem, nos municípios de Brejuba e Domingos Martins, na região Serrana do Estado.

Em valor nominal, este será o maior abono já pago pela administração estadual, representando 50% a mais do que o concedido no fim do ano passado – R\$ 1.000. O investimento com o benefício será de R\$ 135 milhões.

O secretário de Estado de Economia e Planejamento, Regis Mattos Teixeira, explicou que esse recurso é proveniente do aumento na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Ele ressaltou, ainda, que pagar o abono é uma forma de o governo valorizar os servidores.

Mattos disse que o Estado adotou, nos últimos anos, medidas para reduzir os gastos públicos, o que gerou, em três anos, uma economia da ordem de R\$1,1 bilhão.

REGIS TEIXEIRA disse que o abono é uma forma de o governo do Estado valorizar os servidores públicos



Além disso, a carteira de investimentos do governo vai superar, este ano, a marca de R\$ 1 bilhão.

“Também por causa de uma gestão eficiente, o Espírito Santo recuperou sua capacidade de investimento com recursos próprios e hoje faz parte de uma minoria de Estados que pode acessar créditos junto a instituições financeiras.”

O secretário destacou o fato de que a atual gestão deixará todas as contas pagas até 31 de dezembro, e que para o próximo governo deixará R\$ 300 milhões disponíveis em caixa.

PODERES

Além do Executivo, os poderes Legislativo e Judiciário também vão avaliar se é possível conceder abono de fim de ano a seus servidores. Em 2017, o benefício foi estendido ao funcionalismo da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas do Estado (TC-ES), do Tribunal de Justiça (TJ-ES) e do Ministério Público Estadual.

SAIBA MAIS

Valor 50% maior que o de 2017

Quem vai receber

> OS 90.873 SERVIDORES do Poder Executivo do Estado, sendo 52.241 ativos e 38.632 inativos, vão receber um abono salarial de R\$ 1.500 neste fim de ano.

> O BENEFÍCIO foi confirmado pelo governador Paulo Hartung no último dia 18 de outubro, mas ainda sem especificar o valor.

> NESTE FIM DE SEMANA, Hartung confirmou que a quantia será 50% maior que o benefício concedido no fim do ano passado, quando os servidores receberam R\$ 1.000.

Benefício em duas parcelas

> AGORA, a equipe econômica do governo estadual estuda conceder o abono salarial em duas parcelas, sendo a primeira ainda este mês e, a segunda, em dezembro.

> AINDA não se sabe, porém, se o benefício seria dividido em duas parcelas iguais, de R\$ 750 cada.

> SEGUNDO o governo do Estado, a divisão em duas parcelas foi uma reivindicação dos próprios servidores públicos e, inclusive, alguns fizeram o pedido diretamente a Hartung.

> NO ANO PASSADO, o abono salarial foi pago em uma única parcela, juntamente com o salário de dezembro, no dia 22.

Bom momento econômico

> O RECURSO para o pagamento do abono deste ano, R\$ 135 milhões, tem origem no aumento da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Fonte: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP).

Equipe de transição diz que não foi informada

O anúncio do abono salarial no valor de R\$ 1.500 para os mais de 90 mil servidores ativos e inativos do Executivo estadual surpreendeu a equipe de transição do governo eleito.

A informação é do coordenador, Álvaro Duboc.

“Mais uma medida tomada no final de uma gestão sem discutir com o governo eleito e a equipe de transição. Tomamos conhecimento a partir da imprensa”, disse o coordenador.

Duboc, que já foi anunciado como secretário de Planejamento a partir do próximo ano, ainda adianta que o assunto vai ser discutido com o governador eleito Renato Casagrande (PSB).

“Vamos discutir com o governador eleito e a equipe para entender o impacto disso no caixa do Tesouro e na capacidade de investimentos em 2019”, afirmou Duboc.

IMPACTO

Já o secretário da Fazenda da atual gestão, Bruno Funchal, garante que o abono não impacta em nada os valores que serão deixados para a próxima gestão estadual.

“O abono não impacta. Desde o planejamento inicial já havia ficado claro que os recursos deixados para o próximo governo serão em torno de R\$ 300 milhões, totalmente livres, para alocar de forma que quiser. Já considerando o abono”, explicou o secretário, que estimou o impacto da medida em cerca de R\$ 135 milhões.

Ele ainda completou: “Ano passado teve abono de mil reais. Foi a primeira sinalização de melhora.”



SERVIDORA saca salário

Novo governo quer reformular Sistema S

RIO

O Sistema S como funciona hoje está com os dias contados a partir da posse de Paulo Guedes no Ministério da Fazenda, diz o colonista Lauro Jardim, do jornal O Globo, em nota de ontem.

O sistema não será extinto, mas será profundamente reformulado, diz a coluna. Entre as mudanças previstas está o fim de patrocínios que nada tenham a ver com a for-

mação e capacitação de trabalhadores, exemplifica.

Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac).

Existem ainda o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescop); entre outros.

TJES recebe visita de Residentes da Rede Gazeta

A turma de Residência em Jornalismo conheceu a estrutura e o funcionamento do TJES.

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo recebeu na tarde desta sexta-feira (14/10) uma visita da turma do 19º Curso de Residência em Jornalismo da Rede Gazeta. O objetivo era apresentar a estrutura do Palácio da Justiça e o funcionamento do Poder Judiciário aos futuros profissionais da imprensa.

A coordenadora do curso de residência e gerente de Relações Institucionais da Rede Gazeta, Luciane Ventura, apontou a importância da visita para agregar conhecimento ao trabalho dos jornalistas e tornar mais eficaz a transmissão correta de fatos relacionados à Justiça para a sociedade. "Há 3 anos, quando assumi o curso inclui a visita ao Tribunal, pois quando eles saem da faculdade ainda não tem uma vivência de como as instituições funcionam. Acho muito importante trazê-los para esse ambiente para que fiquem mais familiarizados quando vierem acompanhar sessões e fazer reportagens", afirmou.

Os residentes tiveram a oportunidade de conhecer o Centro de Memória, com objetos e documentos que contam a história do Poder Judiciário, e, em seguida, foram recebidos pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Aníbal de Rezende Lima, em seu gabinete. O presidente conversou com os residentes, parabenizou a iniciativa e ressaltou a importância do trabalho jornalístico. "Os jornalistas formam a opinião pública, os grandes movimentos sociais começam a partir da imprensa e o Tribunal sempre estará de portas abertas a todos vocês", declarou.

Palestra

Após sair do gabinete da Presidência, a turma de residentes assistiu a uma palestra no Salão Nobre com o presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (AMAGES), juiz de Direito Ezequiel Turbido e o juiz da Vara Cível de Itapemirim, Rafael Murad Brumana.

Os juízes explicaram à turma os conceitos básicos do funcionamento da Justiça e um pouco da rotina e desafios cotidianos do trabalho dos magistrados. "Os jornalistas, assim como os juízes, exercem funções essenciais para o Estado Democrático de Direito", afirmou o juiz Ezequiel Turbido.

Durante o encontro, foi ressaltada com frequência a necessidade do cuidado do jornalista com a forma como repassa informações sobre processos e decisões da justiça, para não gerar equívocos e interpretações erradas por parte da sociedade.

Os visitantes aprenderam um pouco do funcionamento de cada instância e puderam tirar dúvidas com os magistrados sobre as funções do Poder Judiciário e sua relação com outros órgãos.

Residência

O curso de Residência em Jornalismo da Rede Gazeta é um programa gratuito que recebe qualquer estudante que esteja no último período de graduação ou formado entre 2015 e 2016 (não necessariamente no curso de Jornalismo). Os residentes podem compartilhar experiências com os profissionais de reportagem da empresa e também conhecer e participar do trabalho das redações.

{gallery}JornalismoTJES{/gallery}

System.String[]

A turma de Residência em Jornalismo conheceu a estrutura e o funcionamento do TJES.

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo recebeu na tarde desta sexta-feira (14/10) uma visita da turma do 19º Curso de Residência em Jornalismo da Rede Gazeta. O objetivo era apresentar a estrutura do Palácio da Justiça e o funcionamento do Poder Judiciário aos futuros profissionais da imprensa.

A coordenadora do curso de residência e gerente de Relações Institucionais da Rede Gazeta, Luciane Ventura, apontou a importância da visita para agregar conhecimento ao trabalho dos jornalistas e tornar mais eficaz a transmissão correta de fatos relacionados à Justiça para a sociedade. "Há 3 anos, quando assumi o curso inclui a visita ao Tribunal, pois quando eles saem da faculdade ainda não tem uma vivência de como as instituições funcionam. Acho muito importante trazê-los para esse ambiente para que fiquem mais familiarizados quando vierem acompanhar sessões e fazer reportagens", afirmou.

Os residentes tiveram a oportunidade de conhecer o Centro de Memória, com objetos e documentos que contam a história do Poder Judiciário, e, em seguida, foram recebidos pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Aníbal de Rezende Lima, em seu gabinete. O presidente conversou com os residentes, parabenizou a iniciativa e ressaltou a importância do trabalho jornalístico. "Os jornalistas formam a opinião pública, os grandes movimentos sociais começam a partir da imprensa e o Tribunal sempre estará de portas abertas a todos vocês", declarou.

Palestra

Após sair do gabinete da Presidência, a turma de residentes assistiu a uma palestra no Salão Nobre com o presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (AMAGES), juiz de Direito Ezequiel Turbido e o juiz da Vara Cível de Itapemirim, Rafael Murad Brumana.

Os juízes explicaram à turma os conceitos básicos do funcionamento da Justiça e um pouco da rotina e desafios cotidianos do trabalho dos magistrados. "Os jornalistas, assim como os juízes, exercem funções essenciais para o Estado Democrático de Direito", afirmou o juiz Ezequiel Turbido.

Durante o encontro, foi ressaltada com frequência a necessidade do cuidado do jornalista com a forma como repassa informações sobre processos e decisões da justiça, para não gerar equívocos e interpretações erradas por parte da sociedade.

Os visitantes aprenderam um pouco do funcionamento de cada instância e puderam tirar dúvidas com os magistrados sobre as funções do Poder Judiciário e sua relação com outros órgãos.

Residência

O curso de Residência em Jornalismo da Rede Gazeta é um programa gratuito que recebe qualquer estudante que esteja no último período de graduação ou formado entre 2015 e 2016 (não necessariamente no curso de Jornalismo). Os residentes podem compartilhar experiências com os profissionais de reportagem da empresa e também conhecer e participar do trabalho das redações.

View the embedded image gallery online at:

<http://www.amages.org.br/index.php/487-tjes-recebe-visita-de-residentes-da-rede-gazeta#sigProId744af29607>

System.String[]

1
II
2018

TJES assina termo de cooperação com Sindipães e Aipães para ação de combate à violência doméstica



O Supervisor das Varas Criminais e de Execuções Penais do Tribunal do TJES, desembargador Fernando Zardini, agradeceu aos presidentes das entidades pela parceria.

As ações de combate e prevenção à violência doméstica do Poder Judiciário do Espírito Santo ganharam o apoio do Sindipães (Sindicato da Indústria de Panificação do Estado) e da Aipães (Associação da Indústria de Panificação do ES). Por meio do termo de cooperação técnica, assinado na tarde dessa terça-feira (30), as instituições vão contribuir com o lanche, que será servido na 12ª edição da Semana Justiça pela Paz em Casa, que acontece de 26 a 30/11.

Durante a assinatura, o supervisor das Varas Criminais e de Execuções Penais do Tribunal do TJES, desembargador Fernando Zardini Antonio, agradeceu aos presidentes do Sindipães e da Aipães pela parceria, e ressaltou que todos os eventos que o Poder Judiciário realiza para combater a violência doméstica, não visam apenas aos interesses do Judiciário, visam ao bem comum, à sociedade, e trazem um novo pensamento nessa área que tem sido uma preocupação crescente de todos, que é a violência doméstica.

A juíza da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Hermínia Maria Azoury, contou que é uma alegria e uma satisfação muito grande contar com a cooperação tanto da Aipães, como do Sindipães, nos eventos de combate e prevenção à violência doméstica e familiar realizados pelo Poder Judiciário.



O presidente do Sindipães, Luiz Carlos Azevedo de Almeida, ressaltou que o Sindicato tem participado efetivamente de ações que trazem benefício social, e que essas parcerias têm que estar bem claras, pois são responsabilidade tanto da sociedade, quanto da Justiça. “Estamos juntos numa ação para valorizar e melhorar um trabalho que está sendo muito bem feito, muito bem desenvolvido pela Justiça”, afirmou Almeida.

Ricardo Augusto Pinto, presidente da Aipães, também destacou a importância da parceria, que se encaixa muito bem na missão da Associação da Indústria de Panificação do ES, que é o braço social do Sindipães. “Essa situação de violência contra as mulheres nos incomoda muito e tudo que a gente puder fazer para defender essa causa, para proteger as mulheres, com certeza a gente tem que apoiar como instituição e como cidadão”, disse.

O vice-presidente da Aipães, Manoel Almeida Júnior, que foi o responsável pelo contato inicial com o Judiciário, também ratificou que é missão da entidade estar envolvida com o poder público para juntos encontrar soluções para que o estado e o município aprimorem ações e projetos como este, pois, quando o coletivo ganha, o mesmo acontece com as padarias e os empresários, é o associativismo.

TOME CUIDADO! A VIOLÊNCIA TENDE A AUMENTAR	1	piadas ofensivas
	2	chantagear
	3	mentir/enganar
	4	ignorar/dar um gelo
	5	ciumar
	6	culpar
	7	desqualificar
	8	ridicularizar/ofender
	9	humilhar em público
	10	intimidar/ameaçar
REAJA! NÃO SE DESTRUA	11	controlar/proibir (amigos, família, dinheiro, lugares, roupas, aparências, atividades, internet, celular, etc)
	12	destruir bens pessoais
	13	machucar
	14	tapinhas, pancadinhas
	15	brincar de bater
	16	beliscar/arranhar
	17	empurrar
	18	dar tapas
	19	chutar
	20	confinar/prender
PEÇA AJUDA A UM PROFISSIONAL	21	ameaçar com objetos ou armas
	22	ameaçar de morte
	23	forçar uma relação sexual
	24	abuso sexual
	25	violentar
	26	mutilar
	27	MATAR
	28	

Material traduzido e adaptado do espanhol para o português oriundo do Programa Institucional de Gestão con Perspectiva de Género del IPN /México. Fonte: rebrand.ly/violentometro

cartaz com níveis de alerta para ações consideradas violência contra a mulher

Acesse no site de origem: [TJES assina termo de cooperação com Sindipães e Aipães para ação de combate à violência doméstica \(TJES – 01/11/2018\)](#)

Reformas viram temas das provas

Questões sobre a nova lei trabalhista e as mudanças no regime da Previdência estão fazendo parte dos processos seletivos

Kayque Fabiano

Sempre presente nas discussões políticas em Brasília (DF), as reformas propostas pelo governo federal vêm ganhando cada vez mais espaço nas provas de seleção para concursos públicos. Segundo especialistas da área, a previsão é de que cada vez mais as seleções cobrem questões ligadas ao tema.

Segundo a coordenadora pedagógica do Centro Evolução Profissional (CEP), Ivone Goldner, a reforma que apresenta o maior número de questões em concursos públicos atuais é a trabalhista.

"A queridinha do momento é mesmo a reforma trabalhista, mas as várias e constantes alterações nos dispositivos constitucionais referentes à administração pública e regras tributárias também são muito cobradas nas provas. Por isso, é preciso estar atento a toda movimentação", disse.

Ivone afirma ainda que esse tema não é novo: "Já houve, ao longo da existência da atual Constituição, várias reformas, como as previdenciárias de 1998 e também a de 2003, e até hoje são muito cobradas nos exames".

Para ela, as questões ligadas às reformas podem ser cobradas em qualquer concurso, até mesmo naqueles de nível médio.

"Há chances em quase todos os concursos da área do Direito, tanto para cargos de níveis médio quanto superior, uma vez que, em prati-



IVONE GOLDNER alerta que as questões ligadas às reformas podem ser cobradas em qualquer concurso, até mesmo naqueles de nível médio

camente todas as seleções, é cobrado o Direito Constitucional. Mas não só na área do Direito há questões ligadas ao tema".

Segundo o professor de cursos preparatórios Paulo Vargas, o tema pode ser cobrado na seção de Atualidades de qualquer seleção a partir do nível médio, por se tratar de algo em evidência.

"A banca entende que o candidato tem a obrigação de estar atento. É preciso saber o contexto em que o País se encontra, e isso vale para toda e qualquer área", explicou.

A coordenadora do CEP explica que, nesses casos, o melhor é estar sempre por dentro das propostas consideradas prioritárias pelo governo, além daquelas que já trami-

tam pelo Congresso.

"É importante estar atualizado, lendo jornais e revistas confiáveis, mas a maior dica é ler o texto das Propostas de Emenda Constitucional e, no caso de reformas já aprovadas, comparar o texto da emenda com o anterior alterado, para dominar as alterações, que certamente são cobradas", disse.

“O candidato tem a obrigação de estar atento. É preciso saber o contexto em que o País se encontra”

Paulo Vargas, professor de cursos preparatórios

SAIBA MAIS

Opção de assunto para redação

Reformas em foco

- > O **ATUAL MOMENTO** político pelo qual o País tem passado tem despertado a atenção de diversas bancas organizadoras de concursos, que aplicam questões ligadas às reformas promovidas pelo governo.
- > A **BANCA** pode explorar de várias formas e testar se o candidato está antenado nas constantes alterações da legislação, incluindo-as como tema de redação ou discursiva.
- > O **TEMA** pode ser cobrado tanto na disciplina de Direito quanto na de Atualidades.
- > **NAS MATÉRIAS DE DIREITO**, somente podem ser questionadas aquelas reformas já concretizadas, como a trabalhista. Não costumam ser cobradas propostas de emenda constitucional, mas sim as emendas já existentes.

Tema de redação

- > **NA REDAÇÃO**, o tema pode ser cobrado de forma direta ou interdiciplinar, como, por exemplo, "A reforma

previdenciária e o direito à aposentadoria", em que o candidato teria que demonstrar conhecimentos dos debates atuais e as regras constitucionais sobre aposentadoria.

- > OS **CANDIDATOS** devem se preparar lendo revistas, jornais e artigos confiáveis, além de estar por dentro das movimentações em Brasília.

Fonte: Especialistas consultados.



CONGRESSO: reformas em pauta

No Direito, o que vale é a lei atual

Apesar de os candidatos terem de ficar atentos ao desenrolar das votações e dos textos das novas reformas propostas pelo governo federal, na área de conhecimentos específicos de Direito, só podem ser cobradas questões que tenham como tema a legislação atual, explica o professor de Direito e procurador do Ministério Público do Trabalho Valério Heringer.

"Em temas específicos para a área de Direito, só podem ser cobradas questões ligadas às reformas que já foram aprovadas. Se ela já foi julgada, como a reforma trabalhista, a chance de ser cobrada é grande, porque já houve a lei. Mas nenhuma banca pode cobrar questões que ainda estejam no campo da especulação", explicou.

Segundo Heringer, por uma questão de segurança jurídica do concurso, o ideal é que as questões sejam desenvolvidas com base na legislação atual e vigente. "Caso contrário, pode haver brechas para o candidato recorrer e anular a questão", contou o procurador.



VALÉRIO HERINGER: segurança jurídica tem influência sobre os concursos

O profissional lembra, porém, que questões sobre futuras reformas do governo podem ser cobradas na área de Atualidades. "Nesse caso, é uma questão mais factual, relacionado ao momento e não jurídica, abordando a natureza histórica da reforma em um cenário

futuro", disse.

A coordenadora do CEP, Ivone Goldner, afirma que "costumam ser cobradas as propostas de emenda constitucional que estão sendo discutidas no momento, como o que ocorre agora com a reforma previdenciária".



JAVALI: presidente eleito afirma que criará lei liberando só a caça do animal

PROPOSTAS PARA 2019

Liberação da caça vai à votação

Quatro dos cinco novos deputados da bancada capixaba se dizem contrários ao projeto de lei que libera caça de animais silvestres

Tiago Alencar

Um dos projetos que os 10 membros da bancada capixaba na Câmara dos Deputados devem apreciar na Casa, tão logo assumam seus mandatos, é o projeto de lei que trata sobre a liberação da caça de animais silvestres no Brasil.

No entanto, no que depender do posicionamento dos parlamentares do Espírito Santo, o projeto de autoria do deputado Valdir Colatto (MDB-SC), que tramita, curiosamente, na Comissão de Meio Ambiente da Câmara, segundo consta o andamento da proposta, não terá vida longa.

Com exceção do deputado Amaro Neto (PRB), que não comentou o tema nem as demais questões levantadas pela reportagem, a nova bancada foi unânime ao afirmar ser contra a proposta que libera a caça de animais silvestres sem qualquer tipo de regulamentação.

Para Felipe Rigoni (PSB), por exemplo, a possibilidade de libera-

ção de caça a animais irrestritamente pode comprometer o desenvolvimento sustentável no País.

“Existem muitas evidências provando que isso não é o adequado a ser feito, podendo colocar em risco várias áreas de flora e fauna no nosso País”, comentou.

A deputada Lauriete (PR) também mostrou preocupação com o tema: “A liberação irrestrita é uma ameaça ao meio ambiente. Deve-se coibir duramente para a prática esportiva e recreativa”, disse.

O assunto acerca de regras menos rígidas para quem pratica a caça de animais ganhou força após um posicionamento público do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL).

O capitão da reserva defende que, no caso de javalis, que, segundo ele, são prejudiciais à biodiversidade, por falta de controle na sua reprodução, a caça deveria ser liberada.

Por meio de sua assessoria, Bolsonaro admitiu pensar em criar uma lei federal liberando a caça dos javalis em regiões de grande proliferação desses animais.

Os deputados federais eleitos foram confrontados com outros temas que devem permear as pautas de votação do Congresso, tais como: demarcação de terras indígenas, uso de atiradores de elite no combate ao tráfico, aulas de educação moral e cívica nas escolas e liberdade para o policial matar em serviço.

“Sou contra”, afirma Norma Ayub

Os cinco deputados federais reeleitos também foram procurados para responder às questões levantadas pela reportagem. Entretanto, apenas Norma Ayub (DEM), que volta à Câmara Federal para mais um mandato na Casa, respondeu aos questionamentos.

Uma dos cinco remanescentes da legislatura iniciada em 2014, Norma se disse opositora da proposta que pretende liberar a caça de animais silvestres no País.

“Sou contrária a extinção de qualquer elemento da natureza, em especial os animais”, destacou a parlamentar, que também comentou a questão envolvendo o



NORMA se reelegeu para a Câmara

projeto que trata sobre abuso de autoridade.

“Sou a favor de algum projeto relacionado ao abuso de autoridade no nosso País porque isso, de fato, acontece, principalmente no Judiciário e no Ministério Público”.

Helder Salomão (PT), Sérgio Vidigal (PDT), Paulo Foletto (PSB) e Evair de Melo (PP) não se manifestaram.

Helder disse que não comentaria os temas. Vidigal e Evair, segundo informações de suas assessorias de imprensa, passaram a semana cumprindo agenda em cidades do interior do Estado. E Foletto se recuperou de um procedimento cirúrgico.

O QUE DIZEM OS NOVOS DEPUTADOS SOBRE...

BANCADA
Novatos disseram o que pensam sobre os projetos que devem votar

Liberação da caça de animais
Tramita na Câmara um projeto de lei do deputado Valdir Colatto (MDB-SC), que pede a liberação da caça.

Fusão de ministérios
O presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) defende a fusão de ministérios como forma de reduzir gastos públicos.

Projeto sobre abuso de autoridade
Abrange atos que podem ser cometidos por servidores públicos e membros dos três Poderes da República.

FELIPE RIGONI (PSB)

“**VISTO A NOVA** composição do Congresso, tem uma chance de ser aprovada. Porém, existe muitas evidências provando que isso não é o adequado a ser feito, podendo pôr em risco à flora e à fauna.”

“**EU ACHO QUE** existe um apelo popular e uma necessidade de eficiência maior no nosso governo atual, mas tem de ver de qual ministério nós estamos falando. Tem ministério que não faz sentido.”

“**DEPENDE DO** detalhamento desse projeto, de como ele virá para aprovação. De qualquer maneira, é uma pauta importante. Eu sou a favor de algum projeto relacionado ao abuso de autoridade.”

JOSIAS DA VITÓRIA (PPS)

“**SOU CONTRA.** É preciso ter controle sobre a caça, principalmente em casos de animais considerados em risco de extinção e para não causar um desequilíbrio na natureza.”

“**SOU A FAVOR.** Porém, é necessário manter certos ministérios.”

“**SOU A FAVOR.** É preciso endurecer certos tipos de crimes.”

LAURIETE (PR)

“**O HOMEM DA** floresta precisa sobreviver. Mas a liberação irrestrita é uma ameaça ao meio ambiente, à proteção da fauna. Deve-se coibir duramente para a prática esportiva e recreativa.”

“**SOU** favorável e estou apoiando as medidas adotadas pelo presidente Bolsonaro. É necessário reduzir custos e diminuir a burocracia.”

“**AUTORIDADE** que tem foro e abuso do poder tem de responder. Todas as autoridades devem responder pelo abuso de autoridade.”

SORAYA MANATO (PSL)

“**NÃO** sou a favor desta proposta. Esse assunto surgiu depois de uma manipulação de um vídeo no qual o presidente eleito Jair Bolsonaro fala da liberação racional da caça aos javalis.”

“**A REFORMA** administrativa é uma das principais medidas que o governo Jair Bolsonaro deverá tomar para cortar gastos e controlar despesas públicas.”

“**SOU** a favor da atualização das leis para adequação à realidade atual do Brasil, como a lei que dispõe sobre abuso de autoridade, datada de 1965.”

O QUE O CONGRESSO VAI VOTAR

Polêmicas
A bancada federal capixaba no Congresso terá pela frente, a partir de fevereiro de 2019, o desafio de discutir e votar matérias consideradas polêmicas para sociedade.
Segundo especialistas da área política, isso deve acontecer já nas primeiras sessões do Legislativo.

Liberdade para policial matar em serviço
São situações nas quais os policiais fazem algo tipificado como crime, como matar uma pessoa, por exemplo, durante o serviço, mas deixa de responder sobre o ato.
É o que ocorre numa agressão ou homicídio que a Justiça entenda ter sido realizado em legítima defesa, por exemplo.

Privatização de algumas estatais
Durante sua campanha eleitoral, o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) admitiu privatizar algumas empresas públicas.
A venda de empresas estatais depende de aprovação do Congresso, por maioria simples, nas duas Casas. É necessário ter votos de 257 dos 513 deputados; e de 41 dos 81 senadores.

Demarcação indígena divide opiniões

Entre as propostas que devem ser debatidas pelos novos parlamentares capixabas, na Câmara dos Deputados, a partir de fevereiro do ano que vem, está a proposta que trata sobre redemarcações de terras indígenas.

Durante a campanha eleitoral, o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) prometeu interromper as demarcações de terras indígenas no País.

A proposta, no entanto, dividiu a opinião de quatro dos cinco novos deputados federais eleitos para a legislatura que começa em 2019.

Josias da Vitória (PPS) e Felipe Rigoni (PSB) se mostraram contrários ao projeto.

Por outro lado, Soraya Manato (PSL) e Lauriete Rodrigues (PR)



INDÍOS EM ARACRUZ: preocupação

se mostraram mais abertas a apoiar o projeto de Bolsonaro.

Pertencente à tribo dos Guaranis, o cacique Toninho, da Aldeia Boa Esperança de Aracruz, enxerga com receio as mudanças propostas por Bolsonaro, que podem vir a ser objeto de votação na Câmara e no Senado.

"São 518 anos de lutas. Não é só dessa vez que temos nossos direitos ameaçados. Somos o povo originário deste País. Ainda assim, somos vistos como invasores dessas terras", lamentou.

O índio destacou ainda não se tratar de uma luta que interessa apenas aos indígenas.

"Precisamos garantir que não sejam tirados os direitos de nenhuma minoria", concluiu.



PETRUS LOPES questiona fusão das pastas da Agricultura e Meio Ambiente

O QUE DIZEM OS NOVOS DEPUTADOS SOBRE...

Atiradores de elite no combate ao tráfico



A proposta é defendida pelo governador eleito do Rio, Wilson Witzel (PSC), e pelo futuro ministro da Defesa, Augusto Heleno.

Nova Carteira de Trabalho



Seria criada uma carteira de trabalho verde e amarela, com um vínculo empregatício para cada uma das cores, cabendo ao trabalhador escolher.

Parar demarcação de terras indígenas



Bolsonaro disse que não pretende delimitar terras para índios. Ele defende a exploração econômica dessas áreas pelos próprios indígenas.

"AINDA NÃO ESTUDEI se de fato esse ponto especificamente ajuda no combate ao tráfico. Ainda não tenho evidências suficientes para definir minha opinião. Na hora que vier, vou buscar entender com as polícias e as comunidades."

"AINDA não tenho conhecimento o suficiente para ter uma opinião a respeito do assunto. Quando chegar o momento, tudo será decidido com consulta direta à população."

"A CHANCE é alta de passar por conta da configuração conservadora do Congresso eleito. Acredito que varia de acordo com cada demarcação. Não acho que tem de parar todas as demarcações. Não acho que tem de revogar as que foram feitas."

"ESTOU INDEFINIDO. É uma ideia embrionária e que precisa ser melhor estudada para verificar o impacto que vai causar. A política de segurança pública vai além disso."

"SOU CONTRA. A nova carteira pode gerar uma desigualdade e as empresas obrigarem os novos contratados a utilizá-la. Em caso de implementação, é preciso uma fiscalização forte."

"SOU CONTRA. Temos uma dívida com os índios, e é necessária a manutenção das terras para sua sobrevivência."

"ATIRADOR de elite é um recurso importante que pode salvar inocentes e trazer maior segurança, principalmente em comunidades controladas pelo tráfico. Lá, pessoas de bem, trabalhadores, vivem amedrontados diariamente."

"A RECENTE REFORMA trabalhista trouxe flexibilidade. É necessário estudo profundo do tema."

"SIM. A demarcação da Funai (Fundação Nacional do Índio) é legítima, mas é preciso fiscalização."

"A PROPOSTA não trata de uma matança indiscriminada, como alguns interpretam. É uma reação necessária à exibição ostensiva que bandidos têm feito com armas de guerra nas mãos e mesmo no ataque a policiais."

"SOU A favor da proposta da carteira de trabalho voluntária para novos trabalhadores, que poderão escolher entre manter o ordenamento jurídico atual ou optar por um contrato individual que prevaleça a CLT, mantendo todos os direitos constitucionais."

"A PROPOSTA seria permitir que os índios tenham o direito de explorar e até vender suas terras, com qualquer outro brasileiro."

OBS: dos cinco novos deputados eleitos, apenas Amaro Neto (PRB) não comentou os temas questionados pela reportagem.

O QUE O CONGRESSO VAI VOTAR

Redução da maioridade penal

Também proposta de Bolsonaro para seu governo, o projeto aguarda a votação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado para, em seguida, ser apreciado em plenário.

São necessários 49 votos favoráveis, em dois turnos. No final de 2017, a comissão realizou audiência pública, mas não houve votação.

Reduzir cotas em concursos e universidades

Ao longo da campanha, Jair Bolsonaro se posicionou mais de uma vez contra as cotas raciais na universidade pública e nos concursos para o funcionalismo.

Segundo especialistas, a matéria deve virar objeto de apreciação no Congresso Nacional, a partir do ano que vem.

Revogação do Estatuto do Desarmamento

O PL 3.722 busca revogar o Estatuto do Desarmamento tal qual existe hoje, mas não libera totalmente a venda de armas.

A proposta determina que o interessado em comprar uma arma faça curso de tiro e exame psicotécnico, além de não ter antecedentes criminais. É uma das principais bandeiras de Bolsonaro.

PROPOSTAS PARA 2019

Sinal verde para fusão de ministérios

A fusão de ministérios tem sido uma das principais pautas do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL), que defende o enxugamento da máquina pública com a redução no número de pastas no Executivo. E a proposta de Bolsonaro é vista com bons olhos por quatro dos cinco novos deputados federais eleitos pelo Espírito Santo para ocupar uma das 513 cadeiras da Câmara Federal.

Para a deputada Soraya Manato (PSL), da base aliada do governo Bolsonaro, a medida, que pode ser adotada em alguns ministérios, tem o viés da economia com a contenção de gastos públicos.

"É uma das principais medidas que o Bolsonaro deverá tomar para cortar gastos e controlar despesas públicas", comentou.

Felipe Rigoni (PSB), um dos mais novos parlamentares eleitos para a Câmara, reconhece existir um apelo popular no que diz respeito à redução no número de cargos públicos. No entanto, ele ressalta a necessidade do estudo de cada caso, em separado.

"Precisa ser avaliado caso a caso."

Conseguiria dar uma resposta mais específica diante de cada situação". Josias da Vitória (PPS) e Lauriete Rodrigues (PR) são favoráveis à medida, que precisa ser aprovada pelo Congresso.

Da Vitória ressaltou a necessidade de manter alguns ministérios independentes. Uma das principais discussões em torno do novo governo tem sido a fusão do Ministério do Meio Ambiente com a Agricultura, como sugeriu Bolsonaro durante a campanha.

RECUIO

Embora Bolsonaro tenha sinalizado pelo recuo da fusão das pastas de Agricultura e Meio Ambiente, na última sexta-feira, para pacificar atritos entre as áreas, a medida ainda preocupa ambientalistas como Petrus Lopes, representante do Instituto Jacarenema, em Vila Velha.

"Caso isso se concretize, a preocupação é saber como ficará a questão do funcionamento do sistema de meio ambiente do País", observou Petrus, que ainda destacou que a agricultura depende de uma boa gestão ambiental.

ANÁLISE

Agricultura depende de boa gestão dos recursos ambientais

Luiz Fernando Schettino
Professor da Universidade Federal do Espírito Santo



"A minha visão é a de que não deve haver a fusão dos ministérios do Meio Ambiente com a Agricultura (o presidente eleito já sinalizou que não deve ocorrer a fusão), uma vez que acredito que eles devam ser independentes.

No entanto, é preciso buscar entender que trata-se de uma questão para melhorar a gestão do presidente eleito. Mas, volto a dizer que nenhum outro interesse deve estar acima das questões ambientais, pois a própria agricultura depende de uma boa gestão dos re-

ursos ambientais disponíveis no nosso País.

A gente também precisa partir do ponto de vista do mundo real, ou seja, de que também precisamos dos avanços, uma vez que também precisamos da geração de empregos e de renda proporcionada pela exploração da agricultura. No entanto, acredito que deva haver um equilíbrio entre esses dois fatores.

Também é preciso analisar qual o investimento que será destinado a cada um desses dois setores tão importantes para a sociedade."

Abono de R\$ 1,5 mil para 90 mil servidores do governo do Estado

O dinheiro vai entrar na conta em dezembro. É o maior valor já pago pelo Executivo estadual

ABDO FILHO
afilho@redgazeta.com.br

Os 90 mil servidores ativos e inativos (incluídos os pensionistas) do Executivo estadual receberão um abono de R\$ 1,5 mil em dezembro. A decisão, tomada na noite de sexta-feira pela cúpula do governo do Estado, foi confirmada ontem pelo governador Paulo Hartung (MDB) ao jornal A GAZETA. Trata-se do maior abono de fim de ano já pago pelo governo.

O dinheiro vai entrar na conta dos servidores em dezembro, provavelmente junto com o pagamento do mês, mas a data certa ainda será anunciada.

O valor é 50% superior aos R\$ 1 mil pagos no ano passado. Em 2015 e 2016, por conta das dificuldades de caixa, o governo não pagou abono aos servidores. Em 2014, o valor foi de R\$ 700,00, ou seja, nem a metade do de 2018.

A gratificação custará al-



GABRIEL LORDÉLLO/ARQUIVO

Palácio Anchieta, sede do governo do Estado: valor do abono deste ano é 50% maior que o pago em 2017

go próximo a R\$ 135 milhões aos cofres públicos estaduais. O governador explicou que o pagamento do abono só foi possível por conta do aumento da arrecadação do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), principal imposto estadual.

“Isso é fruto do crescimento da receita de ICMS. Em relação ao ano passa-

do, a arrecadação subiu 9%, mais do que prevíamos no Orçamento”, assinalou Hartung.

TESOURO

De acordo com o governador, o pagamento do abono não mudará em nada o fechamento do ano para o Tesouro Estadual. “Vamos deixar um pouco mais de R\$ 300 milhões,

como já foi anunciado, no caixa para o próximo governo usar da maneira como quiser.” Hartung também garantiu que todas as contas estarão devidamente pagas até o dia 31 de dezembro de 2018.

“Folha de pagamento, fornecedores, convênios com as prefeituras e o próprio abono, tudo será pago em 2018. Não deixaremos

nada descoberto”, disse.

Quando questionado sobre a fonte dos recursos para o pagamento do abono, Paulo Hartung fez questão de destacar que nem um centavo de royalties e participações especiais, o famoso “dinheiro do petróleo”, receita que também avançou em 2018, está sendo usado para isso. “Toda a arrecada-

R\$ 135 MILHÕES

É quanto o pagamento do abono irá custar aos cofres do Estado.









ção com royalties e participação especial está indo para os investimentos. Esse dinheiro está separado para os investimentos, como deve ser.”

A previsão é de que o governo do Estado feche 2018 com um investimento superior a R\$ 1,1 bilhão, sendo 60% com recursos próprios e 40% com operações de crédito. “Estamos fazendo isso tudo no meio de um país desorganizado. Mostra que trilhamos o caminho correto”, sublinhou o governador.

Não há uma definição sobre se os demais Poderes (Tribunal de Justiça, Ministério Público Estadual, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas) pagarão o abono de R\$ 1,5 mil aos seus servidores. A tradição é de que sigam a definição do Executivo.

O PESO DOS BENEFÍCIOS SALARIAIS

Veja quanto eles representam no total de gastos com pessoal em cargos públicos no Espírito Santo

	 Legislativo	 Judiciário	 Ministério Público Estadual	 Tribunal de Contas do Estado	 Executivo
 Valor total de salários	R\$ 15.231.475,46	R\$ 60.489.988,61	R\$ 17.114.167,22	R\$ 7.516.965,76	R\$ 252.155.017,60
 Valor gasto em benefícios	R\$ 4.787.562,43	R\$ 18.614.426,84	R\$ 4.555.799,97	R\$ 1.433.043,05	R\$ 18.373.563,13
 % do total	31,43%	30,77%	26,62%	19,06%	7,28%

Fonte: Base de dados disponível nos Portais da Transparência

Infografia | Genildo Ronchi

| GASTO PÚBLICO |

DIÁRIAS E AUXÍLIO PARA COMPRAR TERNO E LIVROS

Pelo país não faltam exemplos de penduricalhos nos salários

NATALIA DEVENS
ncosta@redegazeta.com.br

Em seu primeiro discurso após eleito, Jair Bolsonaro (PSL) afirmou: "O governo federal dará um passo atrás, reduzindo a sua estrutura e a burocracia, cortando desperdícios e privilégios, para que as pessoas possam dar muitos passos à frente".

Por mais que haja uma expectativa popular para este corte de "penduricalhos", especialistas analisam que enquanto eles forem tratados de maneira genérica, dificilmente vai resultar em avanços. É preciso apontar o quê e quanto pode ser cortado.

Os tribunais de Justiça de São Paulo e do Maranhão, por exemplo, garantem o pagamento de um auxílio para que os juízes e desembargadores comprem livros. Em São Paulo, cada magistrado tem direito a R\$ 5 mil por ano para adquirir obras literárias, softwares e hardwares para consumo próprio. No Maranhão, a "bolsa-livro" é de R\$ 1.300.

Em Minas Gerais, cada deputado estadual recebe duas parcelas iguais ao salário no início e no final do mandato para ajuda de custo na compra de terno e gravata. Ao final dos quatro anos, o total extra será de R\$ 50.644,50. A Câmara Municipal de Belo Horizonte também possui o benefício.

No Tribunal de Contas de Minas Gerais há uma licença remunerada para os membros estudarem no exterior, com direito a diárias de US\$ 400.

No Espírito Santo não é pago nenhum desses benefícios consideravelmente atípicos. Há somente aqueles que existem em outros Estados do país.

Uma tentativa de enxugar alguns desses privilégios está em andamento na Câmara dos Deputados. O projeto de lei que promete pôr fim aos "supersalários" no serviço público já passou pelo Senado, em 2016, e o parecer está pronto para ser vota-

"O que já foi conquistado é difícil retirar. São muitas categorias na briga. Quem vai se sacrificar primeiro? Defendo premiar servidores pelo resultado"

ANDERSON PEDRA
PROFESSOR DE DIREITO ADMINISTRATIVO DA FDV

do na comissão especial. Depois que for analisado, vai ao plenário.

De acordo com o relator, Rubens Bueno (PPS-PR), a União e os Estados poderão economizar R\$ 2,3 bilhões ao ano pelo menos com o fim de penduricalhos nos salários dos servidores. Neste montante, R\$ 1,16 bilhão corresponde aos gastos só com o auxílio-moradia, e R\$ 1,15 bilhão com o fim do pagamento da venda de 30 dias de férias por integrantes do Judiciário e

Ministério Público, da União e Estados.

As novas regras valeriam para servidores federais, municipais e estaduais, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, integrantes das Forças Armadas e das polícias militares, além de aposentados e terceirizados.

ARTICULAÇÃO

Segundo o IBGE, são 11,5 milhões de empregados no setor público, 5,5% da população. Por conta disso, a aprovação de um projeto como esse enfrenta diversas frentes de pressão e resistência.

A quantidade de entidades existentes dificulta a tentativa do governo de se blindar contra a pressão. No Executivo são 267 sindicatos e associações com os quais precisa negociar.

O doutor em Direito e professor da UNB, Paulo Henrique Blair, destacou que quando se fala em privilégios, é preciso separar "o joio do trigo". Al-

gumas gratificações, como a de assiduidade, e a por tempo de serviço, por exemplo, são ferramentas importantes para tentar evitar que os servidores públicos não troquem seus cargos pela iniciativa privada, comprometendo a continuidade da administração.

"Um bônus por assiduidade pode parecer um excesso, pois isto é uma obrigação de todo funcionário. Mas os anos passam, e nem sempre há reajuste. Esses benefícios cumprem uma função estratégica de demonstrar um estímulo à permanência. Senão haveria muito mais rotatividade", disse.

Já o professor de Direito Administrativo da FDV, Anderson Pedra, considerou que seria mais eficaz vincular essas gratificações à produtividade. "A administração pública deve premiar pelo resultado. Estabelecer metas, critérios. É muito melhor do que simplesmente por tempo", afirmou.

ANÁLISE DO EDITOR

DADOS SEM PADRÃO

Sanccionada em 2009, a Lei da Transparência obriga a União, os Estados e os municípios a divulgarem os gastos na internet. A legislação é fundamental para que a sociedade, de forma direta ou por meio da imprensa, veja como o dinheiro público é gasto. Mas quase dez anos depois, sites de Poderes e instituições fornecem dados com padrões diferentes, muitas vezes incompletos ou pouco detalhados. Lacunas que prejudicam a fiscalização do poder público e que precisam, urgentemente, serem sanadas.

SAMANTA NOGUEIRA
EDITORA DE POLÍTICA

Servidora pública agredida por namorado na Praia do Canto

Crime foi na quinta. No mesmo dia, outras três mulheres foram vítimas de violência

RAQUEL LOPES
rlopes@redgazeta.com.br

Novembro começou, infelizmente, marcado por quatro casos de agressões contra a mulher no Estado. Entre as vítimas uma servidora pública e militante de causas que envolvem a violência contra a mulher, de 35 anos. Ela foi agredida pelo namorado na Praia do Canto, em Vitória, na madrugada de quinta-feira (1).

A vítima contou à polícia que ela e o suspeito tinham um relacionamento de cinco meses, mas estavam terminados. Na última quarta-feira (31), o acusado teria ligado para ela dizendo que queria reatar o namoro. Na ligação, ele falou que estava fazendo tratamento psicológico.

Durante a noite eles se encontraram na casa da vítima. No local, o homem pediu para olhar o celular dela que, por sua vez, se negou a entregá-lo. Segundo a polícia, ela disse que mostraria o aparelho pela manhã, em uma padaria, na presença de outras pessoas.

Por volta de 2h30, o homem acordou dizendo que queria pegar o celular, que estava no quarto da mãe da servidora. Para que a mãe não acordasse, a vítima tentou segurá-lo. Neste momento, ele a jogou contra a parede, tentou enforcá-la e a agarrou pelos cabelos, tentando fazer com que ela caísse no chão. A vítima relatou que teve a televisão quebrada e o celular roubado pelo agressor. Ele pegou o aparelho da mulher e foi embora do local.

A servidora prestou queixa e pediu medida protetiva contra o acusado. O caso vai ser investigado no Distrito Policial de Atendimento à Mulher (DPAM).

"Para aqueles que julgam, nunca digam dessa água eu não beberei. Sabe por quê? Porque eu também dizia. Quem me conhece sabe que sou militante das causas envolvendo violência doméstica, o quanto sou fascinada por tudo que diz respeito à Lei Maria da Penha. Até o dia que você deixa de ser a ouvinte de histórias e passa a ser a protagonista", disse nas redes sociais.

Já na Cidade Alta, Vitória,



Caso da servidora será investigado por equipe de delegacia especializada

ria, uma moradora de rua de 36 anos foi agredida pelo companheiro após uma discussão. Após ser empurrada, ela deu um soco nele e chamou a polícia. Ao acionar os policiais, ele continuou agredindo a mulher com socos. Ela teve um dente quebrado, ficou com escoriações no joelho e vermelhidão no rosto. Para a

polícia ela contou que o homem estava "doidão" e tinha feito uso de drogas. Ele foi autuado por lesão corporal na Lei Maria da Penha e encaminhado ao Centro de Triagem de Viana (CTV).

VILA VELHA

Já em Itapoã, Vila Velha, uma mulher de 37 anos também foi agredida

pelo marido com quem tem um relacionamento de seis anos. O caso aconteceu na quinta, por volta das 22h30.

Ela contou à polícia que o marido é muito ciumento quando bebe. No momento da agressão, ela estava no quintal de casa com o marido e outras pessoas, pois o quintal pertence a diversas

famílias, e o acusado ficou com ciúme ao ver um jovem brincando com a dona de casa. Como ele não gostou da cena, deu um soco em seu olho direito.

Em depoimento à polícia, o acusado disse que o problema do casal é o álcool e não se lembrar de ter agredido a mulher. Ele também foi autuado por lesão corporal na lei Maria da Penha e levado para o CTV.

Ainda em Vila Velha, uma outra mulher de 31 anos foi agredida pelo ex-marido dentro de uma igreja evangélica, no bairro João Goulart, por volta das 21 horas de quinta-feira.

A vítima contou que estava num culto e que o agressor também estava na igreja, bêbado e drogado. Durante a celebração, ele se aproximou dela, começou a xingá-la e deu um tapa em seu rosto. Ainda a ameaçou, dizendo que que faria algo pior caso fosse preso.

A vítima contou à polícia que já estava há quatro meses separada do acusado, mas que ele não aceitava o fim do relacionamento que durou um ano. Ele foi autuado por ameaça e injúria e, depois, foi encaminhado ao CTV.

Servidora pública acusa ex de agressão

Uma servidora pública de 36 anos acusa o ex-companheiro de tentativa de homicídio. O caso aconteceu no apartamento da vítima, na Praia do Canto, em Vitória. A servidora, que já tem medida protetiva contra o agressor, pediu para não ser identificada.

A vítima contou que o ex-namorado, de 28 anos, não aceita o fim do relacionamento e teria tentado tirar a vida dela durante a madrugada de quinta-feira.

“Ele me jogou na parede, tentou me enforcar e, quando viu que não conseguiu, puxou com muita força o meu cabelo”, disse.

Segundo a vítima, o casal estava junto há cinco meses. Os dois já estavam separados quando o rapaz pediu para passar a noite no apartamento dela. “Ele pediu para dormir lá, pois faria uma entrevista de emprego ali perto, e, de madrugada, fez tudo isso. Quando fui buscar ajuda, ele fugiu”, afirmou.

A vítima contou que, durante o período do namoro, registrou dois boletins de ocorrência contra o acusado por ameaça. “Já fiz denúncias, mas ele voltava dizendo

que tinha mudado. Nunca imaginei sofrer esse tipo de agressão”.

Segundo a servidora pública, o casal tinha planos de se casar no início do próximo ano.

“Eu estava fragilizada e ele se aproveitou disso. Uma semana depois que nos conhecemos já estávamos namorando. Com um mês de namoro, ele já morava comigo. Ele me afastou de todos os meus familiares e dos meus amigos. Foi de uma forma tão sutil, que nem reparei. Espero que isso sirva para outras mulheres denunciarem.”

ESTHEFANY MESQUITA



VÍTIMA com documentos da polícia

FILHOS

Recorde de ex-casais com a guarda compartilhada

Segundo advogados, o aumento é devido à mudança no Código Civil que determina como prioridade a guarda entre os pais

Tainá Campos

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, de 2014 a 2017, houve um recorde de pedidos concedidos de guarda compartilhada no Espírito Santo.

Segundo o Instituto, somente no ano de 2017 foram 1.278 pais com essa modalidade de guarda, um aumento de 400%. Em 2014, foram 284 casais; em 2015, 476 e; em 2016, o total foi de 760.

De acordo com advogados, o aumento é devido à mudança no Código Civil que determina como prioridade a guarda compartilhada.

"A guarda compartilhada não visa ao bem-estar dos pais, mas sim o da criança envolvida. Existem casos de pais que moram em cidades com grandes diferenças de distância, que ela não se aplica, mas todos os juízes precisam tentar colocar a compartilhada como prioridade nas relações", explicou a advogada Thiézy Menegassi.

De acordo com o advogado Flávio Fabiano, na modalidade compartilhada fica determinado que os pais têm os mesmos direitos e obrigações.

"Ambos precisam acompanhar a vida escolar, cultural e a saúde da criança. De modo geral, eles precisam participar da criação do menor como um todo", disse.

O advogado ainda explica que na guarda compartilhada fixa-se um domicílio para a criança, regulamenta-se a visitação, que em muitos casos é livre em dias úteis e



com finais de semana alternados.

"Geralmente são 15 dias com a mãe e 15 com o pai, e datas comemorativas alternadas", revelou.

Para a advogada Francislene Paiva, o aumento no número de pais que compartilham a guarda dos filhos não quer dizer que as obrigações estipuladas são cumpridas.

"Muitos acham que por ter uma residência fixada para a criança, não precisam participar de tudo o que envolve a criação", disse.

Nesses casos, ela explicou que é possível entrar com uma medida de cumprimento da obrigação do acordo. "É possível pedir que a obrigação estipulada na lei seja

cumprida, mas essa é uma situação muito delicada. Quando o devedor da pensão não paga, é possível pedir a prisão, agora como pedir a um juiz que ele faça com que um genitor ame seu filho?", explicou a advogada.

OS NÚMEROS

1.278
número de guardas compartilhadas

400%
é a porcentagem que aumentou

SAIBA MAIS

Responsabilidade pelas decisões

Guarda compartilhada?

A GUARDA COMPARTILHADA é uma modalidade de guarda do filho após a separação conjugal em que todas as deliberações sobre a rotina da criança passam a ser tomadas em conjunto pelos pais.

NA GUARDA compartilhada, prioriza-se o engajamento de ambos os genitores no crescimento e no desenvolvimento dos filhos, que passarão a dividir a responsabilidade pelas tomadas de decisões.

DEVE ESTAR CLARO que na guarda conjunta não se compartilha a posse física dos filhos, mas sim as responsabilidades sobre eles.

EM PRINCÍPIO a guarda compartilhada

dispensa a estipulação de regime de visitas, mas diante da necessidade de fixar residência, podem os guardiões, caso entendam necessário, optar pela fixação de visitas (período de convivência), a fim de estabelecer regras com o intuito de não causar transtornos na rotina do menor.

DA MESMA FORMA, a guarda compartilhada não afasta a fixação de alimentos, devendo, portanto, ser fixado valor a título de pensão alimentícia em favor do menor, visto que caberá a um dos guardiões responsabilizar-se pelo pagamento direto de determinadas contas.

Fonte: Advogados consultados.

OPINIÕES



“Os problemas acontecem quando uma parte impede a outra de ter contato com a criança”

Flávio Fabiano, advogado



“O fato de ter aumentado o número, não quer dizer que os deveres estejam sendo cumpridos”

Francislene Paiva, advogada



“Nessas ações é priorizado o bem-estar do menor envolvido e não o dos pais”

Thiézy Menegassi, advogada

ANÁLISE

Conduta dos pais é de extrema importância

Monique Nogueira,
psicóloga clínica



A guarda compartilhada quando bem estabelecida entre os pais não afeta de forma negativa no desenvolvimento da criança.

Visto que a mesma tem a capacidade de se adaptar às mudanças. Mas para que isso aconteça é necessário ressaltar a importância do estabelecimento amplo de diálogo e respeito para que assim a criança se sinta segura para isso.

Geralmente os problemas de de-

envolvimento em situações de guarda compartilhada vêm como resultado de uma somatória de ações impróprias dos pais, como a atitude de competição de posse da criança, o abandono afetivo de um dos genitores do processo de criação e também outras ações prejudiciais.

A conduta dos pais é de extrema importância para obter uma resposta da criança.



MORO com seguranças: na Justiça, magistrado cuidará de índios e refugiados, temas sensíveis ao futuro governo

NOVO GOVERNO

Moro já prepara pacote para levar ao Congresso

Juiz quer emenda à Constituição para garantir que um condenado cumpra a pena após sentença em 2ª instância

SÃO PAULO

O juiz Sérgio Moro, que na última quinta-feira aceitou ser ministro da Justiça no governo Jair Bolsonaro (PSL), já prepara um pacote de medidas legislativas anticorrupção e contra o crime organizado. A ideia é apresentar propostas ao Congresso em fevereiro, tão logo sejam empossados os deputados federais eleitos.

A atuação de Moro na Lava a Jato dá sinais das mudanças legislativas que ele deve propor. Por várias vezes, ele manifestou a neces-

sidade de uma emenda à Constituição para garantir que um condenado cumpra a pena após ter a sentença confirmada pela segunda instância.

Segundo ele, isso evitaria que uma nova composição do Supremo Tribunal Federal (STF) possa mudar o entendimento sobre o tema. No Supremo, o atual entendimento, de que um réu pode começar a cumprir pena após ser condenado na 2ª instância, foi decidido em outubro de 2016 numa votação apertada: seis votos a cinco.

O presidente do STF, Dias Toffoli, deve pautar o assunto no primeiro semestre do ano que vem, e ministros da Corte já declararam mudança de posição, o que pode provocar um placar diferente nesse novo julgamento. O pacote, que começou a ser estudado por Moro ontem, deve incorporar algumas das 70 propostas legislativas para o combate à corrupção. Em 2015,

Moro foi à Comissão de Constituição e Justiça do Senado argumentar a favor de alterações no Código de Processo Penal que seriam feitas por meio de um projeto de lei.

A principal era a prisão preventiva de condenados por crimes hediondos (tráfico de drogas, tortura, terrorismo, corrupção ativa ou passiva, peculato e lavagem de dinheiro) a partir de decisão de um tribunal de segunda instância.

Além disso, Moro se mostrou favorável a decretar a prisão preventiva de condenados em segunda instância por outros crimes - desde que a pena fosse maior que quatro anos de prisão - a não ser que houvesse garantias de que o réu não voltaria a praticar novas infrações e não iria fugir.

O juiz Sérgio Moro também vai cuidar de dois temas sensíveis ao governo de Jair Bolsonaro: a situação dos indígenas e a dos imigrantes, como os venezuelanos.

Inspiração, juiz italiano também deixou cargo

Ao deixar Curitiba para assumir o Ministério da Justiça, o juiz Sérgio Moro disse que tomou a decisão com "certo pesar", já que terá de abandonar 22 anos de magistratura. No comunicado distribuído à imprensa após se reunir com o presidente eleito Jair Bolsonaro, contudo, Moro deixou de citar uma inspiração importante para sua decisão: o juiz italiano Giovanni Falcone, responsável pela condenação de mais de 300 mafiosos nas décadas de 1980 e 1990.

Assim como Moro, Falcone deixou de lado a carreira de magistrado para ocupar um cargo no Ministério da Justiça.

A admiração do brasileiro por Falcone é conhecida. Sempre que possível, o juiz cita o magistrado italiano em suas decisões, na recomendação de livros ou em público.

Em 2015, durante evento do Lide, empresa que à época era comandada por João Doria, Moro deixou claro que se inspira no magistrado italiano.

"Nos momentos de dificuldade, leio livros sobre Giovanni Falcone e vejo que os casos nos quais ele atuava eram muito mais profun-

dos que o meu. Então sigo em frente", disse o juiz à época.

Um desses livros é "Excellent Cadavers", de Alexander Stille. A obra conta a história de Falcone desde o início das investigações sobre a máfia italiana na Sicília, até sua morte, quando estava no Ministério da Justiça.

Além de "Excellent Cadavers", Moro também costuma recomendar outro livro, "Cosa Nostra: o juiz e os homens de honra", do próprio Falcone com a jornalista Marcella Padovani.

Em 2017, a pedido do site "Jota", o magistrado chegou a afirmar que, se há algum juiz que mereça o rótulo de herói, este seria Giovanni Falcone. "O livro contém diversos relatos e lições importantes do magistrado. Indispensável", escreveu ao recomendar, além do livro de Falcone, a obra de Alexander Stille.

O juiz italiano foi morto após a Suprema Corte italiana confirmar as condenações de mafiosos feitas por ele em Palermo. Em 1992, mais de 400 quilogramas de explosivos foram colocados em um bueiro em meio a uma rodovia que conectava a cidade na Sicília e o aeroporto.



CARROS destruídos do juiz Giovanni Falcone (destaque) e de sua escolta

"Garotos de 25 anos se tornam juizes", diz Toffoli

NOVA IORQUE, EUA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, afirmou ontem que os juizes brasileiros assumem o cargo ainda jovens "sem ter socializado" e antes de adquirir "conhecimento da realidade".

"Nós recrutamos juizes no Brasil que são recém-formados, 23, 24, 25 anos, sem experiência de vida, sem socialização, o que significa que o juiz se socializa, conhece o mundo já tendo uma caneta com peso enorme de poder, mas ainda sem a socialização que lhe dá a devida responsabilidade", afirmou.

Como presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Toffoli defendeu a ênfase no diálogo com universidades e a formação dos bacharéis de Direito que vão assumir cargos públicos, especialmente dos juizes. "Aquele garoto se torna uma autoridade aos 25 anos de idade, que ainda não tem conhecimento geral do que é a reali-



TOFFOLI: vivência da realidade

dade, ele ainda está se formando e passa a ter o poder de afastar uma lei, um contrato, em nome de princípios constitucionais sem ter ideia do impacto daquele ato para toda a sociedade e não só para as partes que estão ali em um específico litígio", afirmou o ministro, em Nova Iorque.

Ele participa nos Estados Unidos do evento II Law and Economics.

O PODER DO JUIZ

Polícia Federal (PF)

- > COORDENA as ações contra o crime organizado
- > ATUA no combate ao narcotráfico internacional
- > INVESTIGA crimes financeiros federais
- > EMITE passaportes

CERCA DE 12 MIL POLICIAIS

Polícia Rodoviária Federal (PRF)

- > RESPONSÁVEL pelo patrulhamento das rodovias federais
- > COMBATE o roubo de cargas
- > COIBE delitos de trânsito nas rodovias

CERCA DE 9 MIL SERVIDORES

Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp)

- > ELO dos sistemas de seguranças estaduais, estabelecendo a ligação dos diferentes serviços de inteligência com estados com Brasília

Departamento Penitenciário (Depen)

- > COORDENA a política penitenciária
- > ADMINISTRA 5 presídios federais de segurança máxima

NOVO MINISTÉRIO

Órgãos incorporados ao Ministério da Justiça

Bolsonaro informou que parte destas estruturas serão integradas à pasta de Moro. As definições dependerão de análise jurídica. O objetivo seria reforçar o combate à corrupção e ao crime organizado.

Controladoria Geral da União (CGU)

- > REALIZA investigações sobre contas públicas envolvendo recursos federais em todo o País.
- > FAZ a controladoria interna do governo
- > PUNE servidores envolvidos em irregularidades
- > MONITORA a transparência no Executivo federal (com poder para determinar a qualquer ministério a entrega de documentos solicitados via Lei de Acesso à Informação)

CERCA DE 1.700 SERVIDORES

Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)

- > ÓRGÃO que atualmente é vinculado ao Ministério da Fazenda e recebe notificações de todo o setor financeiro, imobiliário e de seguros sobre qualquer movimentação de dinheiro que foge do padrão.

NOVO GOVERNO

Substituta de juiz é feminista e linha dura

Gabriela Hardt já foi corregedora de presídio federal e assume 13ª Vara de Curitiba para conduzir a Operação Lava a Jato

SÃO PAULO

A juíza-substituta Gabriela Hardt, que assumirá a 13ª Vara Federal de Curitiba, até que seja indicado o juiz titular, já foi corregedora do presídio federal de Catanduvas (PR), que reúne alguns dos principais chefes do crime organizado no País.

É considerada "linha dura" pelo colegas do Judiciário. Nas redes sociais, defende o feminismo, assim como revela uma de seus hobbies preferidos: maratona aquática.

A partir de segunda, ela retorna de férias e conduzirá as audiências e interrogatórios do processo que envolve o sítio de Atibaia – o interrogatório do ex-presidente Lula está marcado para o dia 14.

Gabriela se tornou juíza aos 34 anos, depois de uma carreira de cerca de nove anos como assistente jurídica na Justiça Federal do Paraná. Hoje tem 42 anos. Nasceu em Curitiba, mas foi registrada em São Mateus do Sul, a 155 quilômetros da capital.

O pai dela, um engenheiro químico, trabalhou na Petrobras por mais de 20 anos. Antes de optar pelo Direito, cursou Engenharia Química por dois anos, mas desistiu de seguir a carreira do pai.

Gabriela prestou concurso em 2007 e foi designada em 2009 para a Justiça Federal de Paranaguá. Um ano antes, tinha passado também num concurso para o Ministério Público Federal, mas optou pelo caminho da magistratura.

Em 2010, a juíza substituta foi transferida para Umuarama. Já casada e mãe de duas filhas, teve que separar a família – o marido ficou em Curitiba com uma das crianças e ela foi para Paranaguá e Umuarama, com a outra. Em 2014, mesmo ano que começou a Lava a Jato, voltou para Curitiba, na função de



QUEM É GABRIELA HARDT

> GABRIELA se tornou juíza aos 34 anos, depois de nove anos como assistente jurídica na Justiça Federal do Paraná.

> TEM 42 ANOS, nasceu em Curitiba, mas foi registrada em São Mateus do Sul, a 155 km da capital.

> A JUÍZA prestou concurso em 2007 e foi designada em 2009 para a Justiça Federal de Paranaguá.

> UM ANO ANTES, tinha passado em concurso para o Ministério Público Federal.

juíza-substituta na 13ª Vara.

Ela substituiu Moro pela primeira vez em janeiro de 2015, quando determinou a quebra de sigilo bancário e fiscal da JD Consultoria, empresa do ex-ministro José Dirceu. A medida identificou pagamentos feitos ao ex-ministro pelas empreiteiras UTC, Galvão Engenharia e OAS.

Na condição de substituta, ficou ainda responsável por todos os processos da 13ª Vara que não eram referentes à Lava a Jato.

Em maio passado mandou prender o ex-ministro José Dirceu,

após condenação em segunda instância – decisão que depois foi revertida pelo Supremo Tribunal Federal.

OS NÚMEROS

42 anos
tem a magistrada

34 anos
é a idade em que se tornou juíza

| GOVERNO ELEITO |

Juíza substituta já mandou prender Dirceu

Gabriela Hardt, que vai ficar na Operação Lava Jato, é feminista e considerada linha-dura

CURITIBA

« A vaga aberta na 13ª Vara Federal de Curitiba com a saída do juiz federal Sergio Moro para assumir o superministério da Justiça do governo Jair Bolsonaro (PSL) será ocupada, em um primeiro momento, pela juíza federal substituta Gabriela Hardt.

À frente do Tribunal do Júri da Justiça Federal do Paraná, Gabriela não tem hesitado, no caso de crimes graves, de determinar a prisão imediata. Em fevereiro passado, decretou a prisão preventiva de três acusados de tentativa de

homicídio de policiais federais: “Todos são reincidentes e possuem maus antecedentes”, justificou a juíza, considerada uma magistrada linha-dura. Nas redes sociais, ela defende o feminismo.

A magistrada já atuou na Operação Lava Jato nas vezes em que Moro estava ausente, como em maio, quando Gabriela mandou prender o ex-ministro José Dirceu.

LULA

A juíza ocupa o cargo desde 2014 e, no próximo dia 14, deverá interrogar o ex-presidente Lula (PT) na ação penal do sítio de Atibaia, em que o petista é acusado de corrupção e lavagem de dinheiro.

O trabalho da juíza na Lava Jato começa na próxima segunda-feira. Ela terá uma audiência do processo do sítio de Atibaia, em que será interrogado Carlos Armando Guedes Paschoal, ex-diretor da Odebrecht, e Emyr Diniz Costa Junior, engenheiro e delator da empreiteira.

As Varas Federais têm dois cargos: juiz federal titular e juiz federal substituto. Cada um, segundo informações do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) – a Corte de apelação da Justiça Federal –, responde pela metade dos processos e é substituído automático do outro nos afastamentos – férias e licença médica, por exemplo.

ACERVO PESSOAL/GABRIELA HARDT



Gabriela Hardt vai assumir processos da Lava Jato

“Quando ocorre exoneração ou aposentadoria de juiz federal, de início a substituição é feita pelo juiz federal substituto da própria Vara. Não há redistribuição de processos, eles continuam atribuídos ao Juízo Federal, que naquele período é substituído pelo juiz substituto da mesma Vara”, informou o Tribunal. “Não há diferença no procedimento quan-

do se trata de Vara Especializada.”

O cargo vago de juiz federal deve em primeiro lugar ser oferecido em “edital de remoção” no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região. O critério para provimento é a antiguidade. Após a publicação da exoneração de Moro no Diário Eletrônico da 4ª Região, o edital para concurso de remoção pode ser publicado. (Com agências)

PERFIL**HISTÓRICO**

Gabriela Hardt se tornou juíza aos 34 anos, depois de uma carreira de nove anos como assistente jurídica na Justiça Federal do Paraná. Tem 42 anos. Nasceu em Curitiba, mas foi registrada em São Mateus do Sul. Antes de optar pelo Direito, cursou Engenharia Química. Defende o feminismo e é fã de maratona aquática.

CARREIRA

A magistrada prestou concurso em 2007 e foi designada em 2009 para a Justiça Federal de Paranaguá. Um ano antes, tinha passado também num concurso para o Ministério Público Federal, mas optou por seguir o caminho da magistratura mesmo. Em 2014, mesmo ano que começou a Lava Jato, voltou para Curitiba, na função de juíza substituta na 13ª Vara e desde então trabalhava ao lado de Sergio Moro.



CRISTIANO ZANIN disse que a nomeação do juiz é prova de que ex-presidente foi preso com objetivo político

MATEUS BONOMI/AGÊNCIA ESTADO

Juizes capixabas e OAB defendem escolha

O presidente da Associação de Magistrados do Espírito Santo (Amages), Daniel Peçanha, e o diretor de Prerrogativas da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Rivelino Amaral, elogiaram a escolha do juiz Sérgio Moro para ministro da Justiça do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL).

Segundo eles, a escolha se deve, especialmente, pelo trabalho realizado pelo magistrado à frente da Lava a Jato em Curitiba. Os dois negaram que o fato de se tornar ministro possa trazer algum prejuízo à forma como o magistrado atuou no âmbito da força-tarefa.

"A decisão de aceitar o convite em nada interfere na imparcialidade (da Lava a Jato). Os atos foram tomados antes de convite e antes de aceitação. Antes mesmo de existência de candidatos a presidente", destacou Daniel Peçanha.

Rivelino Amaral considerou a decisão acertada porque Moro se tornou alguém em quem a sociedade brasileira – ou grande parte dela – confia. "É a esperança de dias melhores, de menos corrupção, de menos desmando, menos desvio de verbas públicas. E também porque o juiz Sérgio Moro representa a figura do juiz correto, sério, dedicado, probo", disse.

O pacote com 70 propostas legislativas para o combate à corrupção apresentado por duas centenas de especialistas liderados pela Transparência Internacional (TI), Fundação Getúlio Vargas e organizações da sociedade civil é o principal ponto de partida e base da futura gestão de Moro.

Um ponto central do pacote é a necessidade de mudanças no sistema judicial para reduzir a impunidade em crimes de colarinho branco.

NOVO GOVERNO

Petistas querem anular condenação de Lula

Advogados vão alegar que ida de juiz para ministério comprova tese de parcialidade na condenação do ex-presidente

SÃO PAULO

A defesa do ex-presidente Lula prepara um habeas corpus que tem como fundamentação o fato de o juiz federal Sérgio Moro ter aceitado o convite para assumir o Ministério da Justiça no governo Jair Bolsonaro.

Segundo pessoas com acesso à defesa de Lula, os advogados vão alegar que a ida de Moro para o ministério comprova a tese de que o juiz foi parcial e tinha motivações políticas para condenar o ex-

presidente e tirá-lo da corrida presidencial. O recurso deve ser encaminhado aos tribunais superiores.

Um dos argumentos será a declaração do vice-presidente eleito, general Hamilton Mourão, de que o convite a Moro foi feito ainda durante a campanha e que o juiz liberou a delação do ex-ministro Antonio Palocci, cujo principal alvo é Lula, apenas seis dias antes do primeiro turno das eleições.

A liberação da delação de Palocci às vésperas da eleição é um dos pontos que petistas vão explorar para reforçar a narrativa de que Moro tratou o ex-presidente Lula com parcialidade.

"É uma indecência. Mostra claramente que ele (Moro) sempre misturou a atividade jurisdicional dele com a política", disse o deputado Wadlih Damous (PT-RJ), que integra a defesa do ex-presidente.

O advogado Cristiano Zanin

Martins, que defende Lula nos processos da Lava a Jato em Curitiba, disse ontem que a confirmação de Sérgio Moro como ministro de Jair Bolsonaro é prova de que o ex-presidente foi preso "com o claro objetivo de interdita-lo politicamente".

Em nota, Zanin afirma que, diante da decisão de Moro, a defesa "tomará as medidas cabíveis no plano nacional e internacional para reforçar o direito de Lula a um julgamento justo".

"A formalização do ingresso do juiz Sérgio Moro na política e a revelação de conversas por ele mantidas durante a campanha presidencial com a cúpula da campanha do presidente eleito provam definitivamente o que sempre afirmamos em recursos apresentados aos tribunais brasileiros e também ao Comitê de Direitos Humanos da ONU", afirmou o advogado.

O QUE ELES DIZEM

Escolha acertada

Os juizes de Direito Herminia Silveira Azouary e João Patricio Barroso comentam sobre Sérgio Moro aceitar ministério.



ANTONIO MOREIRA - 05/03/2018



DIVULGAÇÃO

1 A decisão de aceitar pode suscitar questionamentos sobre a imparcialidade do juiz ao longo dos julgamentos envolvendo o ex-presidente Lula?

"Não vejo assim, pois Moro sempre exerceu sua função com imparcialidade e destacou-se pela coragem e independência. Ser juiz em nosso País é para os fortes e idealistas".

"A sentença proferida foi mantida em instâncias superiores. Com o novo cargo, inicia-se vida nova. Quem assumir a vaga de Moro dará prosseguimento aos trabalhos".

2 A mudança de Moro de Curitiba para a Esplanada dos Ministérios pode trazer prejuízos à Operação Lava a Jato?

"Não haverá qualquer prejuízo no prosseguimento dos julgamentos relacionados à Operação Lava a Jato. A juíza substituta conduzirá os trabalhos até a escolha do titular da vara, que deverá ter o perfil de Moro".

"Não acredito que poderá haver qualquer prejuízo para a Lava a Jato. Quem suceder ao juiz Sérgio Moro deverá ser escolhido entre seus pares com o mesmo perfil de imparcialidade e qualidades que ele apresentou".

3 Como Sérgio Moro poderá obter sucesso à frente do novo superministério?

"Os desafios são muito maiores. Corroboro com as palavras do ministro do STF, Luiz Fux, de que ele vai imprimir sua marca indelével no combate à corrupção".

"É um excelente técnico, com vasto conhecimento sobre corrupção na política, porém difícil saber como ele se portará politicamente. Só o tempo dirá sobre o ministro".

Bolsonaro passará pela 3ª cirurgia

O presidente eleito Jair Bolsonaro vai passar pela terceira cirurgia desde que foi esfaqueado quando participava de um ato de campanha no centro de Juiz de Fora (MG).

O novo procedimento, marcado para o dia 12 do próximo mês, será feito no Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo, para a retirada da bolsa de colostomia, colocada em função de lesões graves nos intestinos do capitão da reserva.

Em entrevista coletiva na tarde de ontem, Bolsonaro afirmou ainda que, por causa da cirurgia, a data para a primeira viagem internacional como presidente eleito — anunciada para o Chile — ainda não foi definida.

"Não marquei porque tenho problema com a bolsa de colostomia. Nessas viagens longas eu pos-



DIVULGAÇÃO

BOLSONARO ficou internado

so ter algum problema. E eu não quero colocar em risco minha saúde. A princípio, a operação é no dia 12 de dezembro, três meses após a primeira cirurgia", contou.

O deputado federal Onyx Lorenzoni (DEM-RS), futuro minis-

tro da Casa Civil no novo governo, anunciou na semana passada que Bolsonaro traçou o roteiro de suas primeiras viagens internacionais.

Sem data definida, ele deverá começar pelo Chile, ir aos Estados Unidos e depois a Israel. O roteiro escolhido sinalizou uma mudança na política externa brasileira, que nos governos anteriores do PT priorizou a cooperação Sul-Sul, bloco de países em desenvolvimento.

Bolsonaro levou uma facada no dia 6 de setembro de Adélio Bispo de Oliveira, de 40 anos, que deixou o então candidato em risco de morte. Bolsonaro foi levado às pressas para a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, onde passou por uma cirurgia de emergência por causa de ferimentos nos intestinos grosso e delgado e em uma veia abdominal.



DIVULGAÇÃO

Que é isso, general!

Um aviãozinho em uma colherada de sorvete na boca do vice-presidente eleito Hamilton Mourão, 65 anos, chamou a atenção no Instagram.

Carola Cimini é a morena da foto. A maquiadora de 27 anos aproveitou um encontro político no dia 12 de setembro para se aproximar do general, no Paraná. "Eu estava no lançamento de uma campanha quando o vi tomando sorvete e decidi dar a ele. Foi uma brincadeira", contou Carola.

POP . ZAP

Encrencada

Impedidas de fazer shows desde julho, MC Loma e as Gêmeas Larcração seguem na batalha judicial contra a Start Music, empresa que vinha gerenciando a carreira do trio, e terão que pagar cada uma R\$ 3 milhões de multa caso rescindam o contrato. As meninas assinaram em fevereiro um contrato de cinco anos e resolveram romper com o empresário em setembro.





COLUNA SOCIAL

Helio Dórea
Com Helia Dórea

Dia 26 deste mês acontecerá a 12ª
Semana Nacional de Justiça Pela Paz em
Casa. Esse encontro será em nosso
Tribunal de Justiça, tendo como anfitriões
o desembargador Sergio Gama e a Juíza
de Direito Herminia Azoury.

NOV 2018

2

Estado já registra fila de espera em clubes de tiros

Possibilidade de mudanças na legislação de controle de armas, após eleição de Jair Bolsonaro, ampliou procura por escolas de instrução na Grande Vitória



ADVOGADO Bruno Silveira, que já pratica tiro esportivo e decidiu dar entrada no processo para o porte de arma, é orientado pelo instrutor James Paul

Kananda Natielly

A possibilidade de mudanças na legislação de controle de armas, propostas pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro, fez com que clubes de tiros e escolas de instrução da Grande Vitória registrassem filas de espera nos últimos meses. A reportagem de A Tribuna esteve em uma das escolas de tiros, em Vila Velha, na tarde de ontem, e presenciou filas.

De acordo com proprietários e instrutores de tiros, a quantidade de alunos dobrou nos últimos meses.

“O número de pessoas ligando aumentou ainda mais da semana passada para cá. A maioria pergunta sobre os processos para retirada de posse e porte de arma”, afirmou o presidente do Clube de Tiros de Vila Velha, Felipe Rodrigues.

O instrutor de tiro Dilson Nunes observou um aumento gradativo na procura por aulas nos últimos

meses e disse que, após a eleição de Bolsonaro, o número de interessados cresceu ainda mais.

“Houve um aumento significativo após a greve da Polícia Militar (em fevereiro de 2017). A quantidade de alunos se manteve alta e foi crescendo mais com a campanha do novo presidente”, disse.

O advogado Bruno Silveira, de 48 anos, contou que prática tiro esportivo há um ano e há alguns meses decidiu dar entrada no processo para o porte de arma, uma vez que teme por sua segurança.

Ele defende que o porte e a posse de armas de fogo sejam facilitados, como propõe o presidente eleito. “Se a pessoa preenche todos os requisitos legais para tirar o porte de arma, não pode caber a uma, duas ou três pessoas a responsabilidade de autorizar ou não. Eu passei por uma situação de risco há algum tempo e isso me motiva a ter uma arma”.

Nos clubes, os valores dos cursos variam de R\$ 600 a R\$ 2 mil, de acordo com o tipo de treinamento e nível de aprofundamento. Cursos para iniciantes têm carga horária de 4 horas e incluem aulas teóricas de segurança, legislação e funcionamento das armas.

“No curso avançado, o aluno faz 10 horas de aula e tem direito a 120 disparos. Ele custa R\$ 2 mil”, explicou

James Paul, instrutor de tiros do Clube de Tiros Guerreiros de Vila Velha.

Segundo a Polícia Federal, os pedidos por porte e registro de arma de fogo no Estado aumentaram neste ano. Foram 527 solicitações de porte registradas até o dia 17 de outubro. Dessas, 231 foram deferidas. Durante todo o ano passado, foram 442 pedidos de porte de arma e, em 2016, apenas 85.



ALUNO é orientado por instrutor, durante aula prática, para realizar um disparo seguro e eficaz a média distância

Instrutores apoiam mudança na lei

Desejando o fim da exigência da comprovação da necessidade de arma de fogo por parte do requerente, os instrutores de tiro consultados pela reportagem na tarde ontem disseram que apoiam as mudanças no Estatuto do Desarmamento propostas pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro.

Os instrutores defendem o fim da exigência de que quem requer a posse ou o porte de arma de fogo comprove a necessidade de ter uma arma. Atualmente, essa necessidade é avaliada por um delegado.

“O presidente eleito não quer acabar com os requisitos necessários para se ter uma arma e andar com ela. Ele quer manter esses re-



JAMES PAUL é instrutor de tiros

quisitos e garantir um direito que é nosso em lei. Sou 100% a favor dessas mudanças”, disse o instrutor de tiro, James Paul do Clube de Tiros Guerreiros de Vila Velha.

O instrutor de tiro e despachante de armas da Duplo Alfa Rômulo Santos também concorda com as mudanças propostas por Bolsonaro e acredita que elas serão positivas para a sociedade.

“Para ter uma arma, é necessário passar por inúmeros processos. Desde testes psicológicos até teste prático. Depois desses processos, você olhar para o cidadão que foi aprovado em tudo e dizer que ele não precisa de uma arma é um absurdo”, afirmou.

Presidente eleito diz que prioridade é mudar regras

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, disse esta semana, que, quando assumir o mandato, dará prioridade à revisão do Estatuto do Desarmamento.

Entre as mudanças sugeridas por ele, estão habilitar quem responde a processo criminal, desde que não seja por crime doloso, e retirar a obrigatoriedade de apresentar necessidade de ter a arma.

As mudanças precisam ser aprovadas no Congresso, passar pelo Senado e receber a sanção do próprio presidente.

SAIBA MAIS

1 O que é posse de arma?

O documento de registro de posse de arma dá direito ao cidadão de manter uma arma guardada, exclusivamente dentro de sua residência ou trabalho.

2 O que é o porte de arma?

A pessoa que tem o porte da arma de fogo pode transitar com o armamento, de forma discreta, fora de casa ou do local de trabalho.

QUEM BUSCA TER UMA ARMA

Pessoas de 25 a 45 anos

Segundo especialistas consultados, essa é a faixa etária da maioria dos interessados em adquirir a posse e o porte.

90% são homens



PERFIL SOCIAL



3 Como adquirir arma e transitar com ela?

Para adquirir uma arma e transitar com ela é preciso preencher requerimento no site da Polícia Federal e atender exigências: ter idade mínima de 25 anos, comprovar capacidade técnica (através de aulas de tiros com instrutores credenciados pela Polícia Federal) e psicológica (também credenciados pela PF), além da justificativa, por escrito, da necessidade de se ter o armamento.

4 O que acontece com quem é flagrado com uma arma irregular?

O cidadão que for flagrado com uma arma irregular, sem o documento de liberação do uso, pode ser preso e cumprir pena de 1 a 3 anos, além de ter de pagar multa. Não admite o regime inicial fechado.

Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido

O cidadão que for pego com uma arma irregular, sem o documento de porte, pode ser preso e cumprir pena de 2 a 4 anos, e ter de pagar multa. Admite o regime inicial fechado.

SOLICITAÇÃO DE PORTE

527 solicitações de porte foram registradas até o dia 17 de outubro deste ano e **231** foram deferidas. Os números foram fornecidos pela Polícia Federal.

Durante todo o ano passado, foram 442 pedidos de porte de arma de fogo no Estado, segundo a Polícia Federal. Em 2016, foram 85.

Casais homossexuais antecipam casamento

Medida passou a ser tomada por medo de perder o direito de se casar no próximo ano, com o novo governo do presidente eleito

Francine Spinassé

Depois de quatro anos de relacionamento, os planos de legalizar a união foram antecipados por uma terapeuta ocupacional de 25 anos e uma servidora pública, 27. Temendo mudanças na regra atual para o casamento entre pessoas do mesmo sexo, elas, que não quiseram se identificar, deram início ao processo no cartório ontem.

E não foram as únicas. Vários casais homossexuais no Estado decidiram se casar até o final do ano. O movimento ganhou força após a eleição de Jair Bolsonaro para presidente da República.

A diretora de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Maria Berenice Dias, chegou a afirmar essa semana que "os gays que quiserem se casar devem se apressar até o fim do ano".

O temor da advogada é de que o novo Presidente, tão logo seja empossado, baixe uma medida provisória proibindo a união. "Casamentos já realizados não podem ser anulados, mas não sei se o Judiciário vai continuar reconhe-

cendo a união entre pessoas do mesmo sexo", alertou a advogada.

Não existe lei no Brasil que regule a questão. Há a resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que impede cartórios brasileiros de se recusarem a celebrar casamentos civis.

O novo governo nega tal intenção. Em entrevista à imprensa, o vice-presidente eleito, Hamilton Mourão, disse que "é um terrorismo feito pelo lado perdedor". Afirmando, no entanto, que casamento "para mim, é entre homem e mulher, dentro das leis de Deus".

O presidente da Comissão de Diversidade Sexual da OAB no Estado, Luiz Guilherme Mota Vello, frisou que a decisão do STF tem força de lei e ele não acredita que há uma preocupação de imediato.

"Não acredito que uma mudança venha a derrubar todas as conquistas na área de igualdade de direitos nas relações homoafetivas nos próximos quatro anos".

A advogada Anne Lacerda de Brito disse que a preocupação é legítima. No entanto, ela considera ser difícil – embora não impossível – que haja mudança desse posicionamento sem uma alteração na composição do STF. "Não há sentido que casais registrem a união caso não tenham o propósito".

A advogada Francislene Paiva frisou que o risco desse direito ser suprimido existe. No entanto, ressalta que uma eventual mudança, ainda que para diminuir direitos, não seria da noite para o dia.



ADVOGADA Berenice: "Casamentos já realizados não podem ser anulados"

APREENSÃO



Preocupação com o futuro

Para uma publicitária de 26 anos e uma servidora pública de 29, a pressa para oficializar a união veio com o resultado das urnas. Elas preferiram não se identificar.

"Ficamos apreensivas por conta do teor da fala do novo Presidente e por conta da abertura no Senado de

uma consulta pública sobre um projeto de lei que impede os efeitos da resolução CNJ (que permite a união entre pessoas do mesmo sexo). Não se trata de alarde, mas uma preocupação", afirmou a servidora, que essa semana deu entrada no processo de casamento.

MUDANÇAS

Decisão antecipada

Os planos não eram para esse ano, mas um advogado de 25 anos e um oficial de náutica, 27, que não quiseram se identificar, já pensam em antecipar a união.

"Tínhamos plano de oficializar em 2020, mas com o resultado das eleições isso pode mudar. É difícil acreditar em uma potencial perda de direito que demorou tanto para ser conquistado," disse o advogado.



União homoafetivas crescem 40% no Estado

Mesmo antes da eleição do presidente Jair Bolsonaro, as uniões homoafetivas vêm ganhando força nos cartórios de todo o País. Foi registrado no Brasil um aumento de 10% no número de uniões desse tipo no ano passado, segundo as Estatísticas do Registro Civil 2017, divulgadas na última quarta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Já no Espírito Santo, as uniões entre pessoas do mesmo sexo tiveram um aumento ainda maior de

2016 para 2017: de 40%.

Enquanto em 2016 foram celebrados 60 casamentos, em 2017, eles chegaram a 84 registros de uniões entre pessoas do mesmo sexo. Entre essas uniões, as realizadas entre duas mulheres são a maioria (58,3%).

Apesar de ainda não ser um número expressivo, o percentual vem na contramão do número geral de casamentos no Estado, que somou 24.490 registros, e apresentou queda no último ano.

Comunidade é criada para vencer a discriminação

A falta de aceitação no meio em que viviam foi o ponto de partida para a criação da comunidade Nova Vida há quatro anos.

A comunidade, localizada no bairro Jabour, em Vitória, é descrita pelo líder como uma espécie de organização não governamental (ONG) para pessoas homoafetivas, transexuais e travestis que buscavam apoio que não recebiam de outras fontes.

O líder da comunidade, Fabiano Rodrigues Guimarães, observou que o grupo, que tem cerca de 25 pessoas, é religioso, formado por evangélicos, cristãos e membros de outras religiões, que o procuram por não se sentirem aceitos nas igrejas que frequentavam.

"A maioria dos que nos procuram vêm de alguma religião, que não os aceitava por serem homossexuais. Então, unimos a fé e o apoio que precisavam e daí surgiu a comunidade."

Ele próprio foi pastor durante 10 anos, antes de se descobrir homossexual.

"Eu cheguei a ter mulher e filho, inclusive. Fui me descobrindo mais tarde e contei para minha família. Foi quando me assumi que percebi que muitas pessoas nesse meio precisam de carinho e compreensão. Muitos se matam porque não têm o amparo necessário. E é isso que oferecemos na comunidade, suporte e uma palavra amiga."

Fabiano contou ainda que, além do amparo às pessoas da comunidade LGBT, eles auxiliam as famílias que desejam compreender a questão, pois, de acordo com ele, muitos não sabem como lidar com os filhos, quando estes se assumem gays ou lésbicas, por exemplo.

Ele explicou também que o trabalho realizado busca resgatar a autoestima dessas pessoas e que qualquer um pode frequentar os encontros, que acontecem aos domingos, a partir das 19 horas.

O conferente Domingos Filho Oliveira Ramalho, 31, que é membro da comunidade Vida Nova há dois anos, contou que o que o fez buscar a comunidade foi a aceitação.

"As igrejas que eu frequentava não lidavam bem com a homossexualidade. E aquilo não preenchia o vazio que eu sentia. Aqui, eu posso adorar a Deus e ser aceito como sou, o que, para mim, é tudo", explicou o conferente.



GRUPO Nova Vida: fé e aceitação

CASO MARIELLE FRANCO

PF vai apurar se investigação está sendo obstruída

Miliciano disse que a cúpula da Polícia Civil estaria protegendo suspeitos de crimes

« O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, anunciou ontem que a Polícia Federal vai abrir uma investigação para apurar a suposta existência de uma organização criminosa que estaria impedindo a elucidação do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) e de seu motorista, Anderson Gomes.

A vereadora e seu motorista foram assassinados

em março deste ano, dentro de um carro na Região Central do Rio.

A abertura de um novo inquérito sobre o caso foi pedido pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, a partir de dois depoimentos colhidos por procuradores federais. Atualmente, a investigação sobre o caso está a cargo da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Segundo Jungmann, a suposta organização criminosa que estaria des-



viando e obstruindo as investigações do homicídio incluí a participação de agentes públicos e milicianos.

Um dos suspeitos do crime, o miliciano Orlando de Curicica, que está preso no Rio Grande do Norte, contou em entrevista ao jornal O Globo que a Polícia Civil do Rio não tem interesse em elucidar o caso Marielle. Integrantes da corporação, incluindo até o chefe de Polícia Civil, delegado Rivaldo

Barbosa, teriam montado, segundo ele, uma intrincada rede de proteção aos "capos" da contravenção envolvidos em assassinatos. A mesma denúncia consta no depoimento de Curicica à PGR, que já avaliava a possibilidade de federalizar a investigação há cerca de um mês.

Em nota, o chefe da Polícia Civil do Rio rechaçou as denúncias. Disse que a investigação está sendo conduzida com "dedicação e seriedade" e que Curicica teve a chance de colaborar com as investigações, mas não o fez.